

Az

A

ATA

N.º 03/2018

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
29 de junho de 2018**

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2018: _____

---Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Jaqueline Casado Afonso Areias: -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,
Tito Alfredo Evangelista e Sá,
Luciana Brochado Azevedo,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,
Manuel Miranda Losa,
Fernando Manuel da Silva Carvalho,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Carlos Jorge Vicente Capitão,
Manuel José Cepa Pires Carneiro,
Baltasar Almeida Costa,
José Manuel Cruz Silva,
José Maria Losa Esteves,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Tânia Sofia Lima Mota,
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
António Martins Neves, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
José Joaquim da Venda Dias, em substituição de Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
António Sérgio Moreira Mano,
Rui Manuel Martins Pereira, em substituição de Fernando João Couto e Cepa,
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa.-----

---Verificou-se, entretanto, a ausência do Sr. Vereador Eng. António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

---Não compareceu inicialmente o membro municipal Eduardo Oliveira Maia, tendo chegado pelas vinte e duas horas e trinta minutos e o Sr. Vereador Prof. Rui Manuel Martins Pereira, tendo chegado pelas vinte e uma horas e trinta minutos.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de abril de 2018 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018.-----

Por não terem estado presentes nessa sessão ordinária não participaram na votação a Senhora Deputada Municipal Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar, e os representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia António Martins Neves e José Joaquim da Venda Dias.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal. Mais informou que chegaram à mesa três pedidos de renúncia apresentados pelos seguintes Deputados Municipais: Teresa Clara Lafuente Nunes, João Eduardo Pinto Felgueiras e Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. _____

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Manuel Albino Penteadado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando a declaração que se transcreve:

“Senhor Presidente

Vou apresentar um voto de pesar, vou fazer uma intervenção política e vou apresentar uma moção e começo pelo voto de pesar que é subscrito por todas as bancadas:

Tendo falecido a 8 de Maio de 2018 a Sra. D. Laura Barros Gomes Tomé, mãe da Sra. Vereadora Prof. Angélica Cruz, esta Assembleia, na sua reunião de hoje, 29 de Junho de 2018, deliberou aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que da mesma deliberação seja dado conhecimento à digníssima Família.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhor Presidente

As últimas informações sobre “buscas da Polícia Judiciária por corrupção e financiamento” deixaram muitos espíritos desassossegados. Pese embora o Sr. Presidente já ter declarado que, e estou a citar, “o município não tem, nem nunca teve, qualquer relação com as empresas visadas” e porque apareceram logo, logo, os arautos da desgraça, a voz daqueles que se dedicam, com afinco, a espalhar “silêncios ruidosos”, gostaríamos que o Sr. Presidente esclarecesse esta Assembleia sobre o que se está a passar, se o souber, claro está.

Senhor Presidente da Assembleia

Já aqui, por diversas vezes, trouxemos este assunto e, mais uma vez apelamos ao Sr. Presidente da Câmara para reforçar a sua atenção e ficar atento a manobras políticas que visam desviar a Linha de Muito Alta Tensão para o corredor da A28. Esta hipótese, para a qual não há qualquer estudo de impacto ambiental, não foi de todo descartada pelo barcelense Rodrigo Costa, Presidente do Conselho de Administração da Rede Eléctrica Nacional mas sobre este assunto apresentaremos a esta Assembleia uma Moção.

Falemos, também, um pouco de política nacional, sobretudo de assuntos que nos dizem respeito e merecem a melhor atenção.

Ouvindo os nossos governantes mais parece que estamos noutra realidade, no País das Maravilhas, sim no país da pequena Alice onde prevalece a lógica do absurdo, dos sonhos e das fantasias procurando explicar aos portugueses, como se fossem crianças, que, afinal, como dizia Shakespeare, na sua peça Hamlet, tudo vai bem no Reino da Dinamarca. Pela sua voz o país assiste a uma enorme recuperação económica, pese embora os Relatórios do Banco de Portugal alertarem para situações graves no futuro, a União Europeia a pedir mais controlo nas despesas públicas, que a paz social é uma realidade - os problemas escolares graves, uma guerra sem tréguas entre Governo e Professores, entre Governo e Médicos, entre Governo e Enfermeiros, entre Governo e Bolseiros da Fundação da Ciência e Tecnologia, os sinais evidentes do abandono nosso património arquitectónico e cultural, um crescente de sinais evidentes de racismo e xenofobia, tudo isto é pura fantasia e não se passa neste jardim à beira-mar plantado. Preocupa-se o governo, isso sim, com a vontade expressa de proibir talheres de plástico... o mesmo governo que continua a fazer tábua rasa do poder autárquico. Um governo que se comporta de uma forma anormal, ignorando pareceres e recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobretudo nesta altura em que pretende alterar, significativamente, as isenções do IMI e as receitas do IVA. Os autarcas já fizeram

saber ao governo que se trata de um enorme recuo e uma machadada nas políticas do Fundo de Coesão Municipal. Mais do que nunca o poder local deve estar atento e não se deixar embalar pelo canto da sereia.

Valha-nos, por agora, a selecção nacional que, a custo e com alguns sobressaltos mas sempre com vontade férrea de ganhar, nos vai alegrando e assim, como terminam as histórias, viveremos felizes para sempre.

1 - MOÇÃO NÃO À LINHA DE MUITA ALTA TENSÃO NO CORREDOR DA A28.-----

"O objecto desta Moção é uma linha de 400 KV (quilovolts) que passará nesta região (Ponte de Lima, Barcelos, Famalicão).

Em 29 de setembro de 2016, foi apresentada uma recomendação a esta Assembleia Municipal, pelo Grupo Político do PSD, em sede da qual publicamente foi pronunciado, e cita-se, o repúdio a qualquer alternativa que venha a ser ponderada e que se implante no território deste concelho de Esposende.

Tal recomendação surgiu no seguimento da tomada de conhecimento de movimentações políticas no sentido de se promover a alteração dos traçados inicialmente estudados, estando em perspectiva que tal alteração viesse a ter lugar com a passagem em território de Esposende. Passado um ano, em 6 de Junho de 2017, e perante a Comissão parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas o Senhor Secretário de Estado da Energia volta a defender a passagem da linha de muita alta tensão pelas terras de Barcelos, e a importância desta, pela "questão do escoamento da energia eléctrica das barragens que estão prestes a entrar em operação", referindo-se, naturalmente aos aproveitamentos hidroeléctricos de Salomonde II e ao de Frades. Nessa mesma reunião ficou claro que a opção pelo território de Barcelos, estava tomada e devidamente fundamentada, ficando o afinamento do traçado final a ser "consensualizado" com a respectiva autarquia pois, e estou a citar aquele membro do governo, "não se entra pelo território de um município ou de uma freguesia sem haver um trabalho conjunto" pese embora a definição do traçado ser uma responsabilidade da REN - Redes Energéticas Nacionais.

Após a definição de um traçado que cruza o concelho de Barcelos, foi realizado um estudo de impacto ambiental que deu parecer favorável ao projecto sendo emitido a Declaração de Impacto Ambiental (DIA) embora com algumas condicionantes.

Ouviram-se vozes contra este traçado nomeadamente das forças políticas locais PSD e BE às quais se juntaram, mais tarde, a dos autarcas socialistas do município de Barcelos unindo esforços e, sobretudo, influências políticas, para inviabilizar a passagem da linha e exigir a ponderação de trajectos alternativos, alegando "situações de risco grave e de incertezas significativas" e que o novo traçado não venha a penhorar "o concelho de Barcelos e as suas populações".

Ninguém tem dúvidas do grande impacto negativo que esta trará quer a nível ambiental quer mesmo para a saúde pública seja onde for a sua instalação.

Recentemente a Assembleia da República aprovou e recomendou ao Governo a suspensão dessa linha, em Barcelos, um projeto de resolução apresentado pelo CDS-PP e que só o PS se absteve.

Não compete a esta Assembleia Municipal de Esposende avaliar a posição assumida pela população e autarcas de Barcelos, na defesa do seu território e do seu bem-estar, um dos seus

desígnios, mas sim indignar-se e lutar pela defesa do território esposendense que nunca esteve na mesa de trabalho como alternativa de passagem a esta infraestrutura eléctrica até ao momento em que, politicamente, passou a ser opção usando, possivelmente, o corredor da A28.

A ser verdade, estaremos perante um gravíssimo atentado ao Património Natural, Ambiental e Geológico (Arriba Fóssil, proximidade do Parque Natural Litoral Norte), ao Património Paisagístico (Miradouros), Arqueológico (Monumentos Megalíticos, da Idade do Ferro e Medievais) para não falar do atravessamento de núcleos urbanos como Antas, Vila Chã, Gandra, Gemeses, Fão, Fonte Boa e Apúlia.

Assim, apresentamos esta Assembleia a seguinte MOÇÃO:

I – Que a Câmara Municipal envie esforços para saber o ponto da situação deste projecto;

II – Solicite ao Governo todos os elementos e estudos já realizados para o traçado ao Linha de Muita Alta Tensão nesta zona:

III – Seja, desde já, preparado um levantamento rigoroso dos valores patrimoniais inseridos no hipotético corredor de passagem;

IV – Que esta Assembleia Municipal mantém a sua determinação em não aceitar que este traçado da Linha de Muito Alta Tensão, com estudo e impacto ambiental já definidos para outras áreas, se venha a instalar neste concelho.

*Ao abrigo da alínea b) do n.º 1, Artigo 23º do Regimento desta Assembleia Municipal, propomos à Assembleia Municipal de Esposende a apreciação e votação da presente Moção **“NÃO À LINHA DE MUITA ALTA TENSÃO NO CORREDOR DA A28”** e que esta deliberação seja dada a conhecer a Sua Ex.ª o Senhor Ministro da Economia, Ao Sr. Ministro do Ambiente, ao Sr. Secretário de Estado da Energia, à CIM Cávado, à Câmara Municipal de Barcelos e à Assembleia Municipal de Barcelos.”*

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Manuel José Cepa Pires Carneiro, do Grupo Político do PCP, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Ex.mo Sr. Presidente da AM de Esposende e restantes elementos da mesa
Ex.mo Sr. Presidente da CM de Esposende e restantes elementos da vereação presentes
Ex.mos Srs. Elementos da AM
Minhas senhoras e meus senhores.*

Realizou-se nos dias 12 e 13/05/2018 a habitual feira da saúde de Esposende, patrocinada pela câmara municipal e onde estiveram representadas as diversas entidades prestadoras de serviços de algum modo ligados à saúde.

Na referida exposição destacaram-se os que prestam serviços ao SNS e são por ele financiados, constituindo uma duplicação de serviços em parte custeados pelos utentes, mas o que interessa verdadeiramente é o acesso aos cuidados de saúde públicos.

Neste momento o concelho de Esposende apenas dispõe de cuidados de saúde primários e os apoios diferenciados só estão disponíveis nos hospitais dos concelhos limítrofes (H. de Barcelos, ULSAM e C.H. Póvoa de Varzim/ Vila do Conde). Um simples corte de pele com

necessidade de sutura, ou é resolvido num desses hospitais ou então é pago pelo utente. E isto deve-se ao “lobby” da saúde concelhio constituído pelo PSD, CDS-PP, Câmara de Esposende, Misericórdia de Esposende e todos aqueles que nunca concordaram com a intervenção do Estado em 1975.

Quando em 1982 concorri à primeira e única vaga criada no concelho para medicina geral e familiar, em que o primeiro critério de seleção era o cartão de eleitor, fi-lo, entre outros motivos, porque o H. de Esposende pertencia à rede pública e tinha internamento, aquele internamento interessa a um concelho da nossa dimensão e que permite (permitiu) o acompanhamento dos doentes pelos seus familiares, especialmente na fase final da vida.

Com a sua privatização e conseqüente entrega à Misericórdia, perdeu-se essa disponibilidade e hoje os nossos doentes em fase terminal morrem nos corredores do H. de Barcelos.

Não duvido das intenções daqueles que tanto se esforçaram pela privatização, realizada pelo Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva em resposta à solicitação do então presidente da câmara, mas espero que um dia reconheçam o prejuízo económico, social e moral que provocaram ao concelho.

Acerca dos direitos dos animais, desde sempre houve quem criasse e respeitasse os animais e também quem se servisse deles para satisfazer os seus intuitos, abandonando-os logo que satisfeitos os seus objetivos.

Na declaração universal dos direitos dos animais estão consagradas as regras de comportamento dos seres humanos para com os animais e nunca como hoje se tornou tão clara, mas também tão evidente, a indiferença relacionada com esses nossos companheiros da vida.

No entanto, verificou-se durante o período de protetorado da Troika, com o agravamento das condições de vida dos portugueses e provavelmente também noutros países, um aumento do abandono animal, como foi muito divulgado na comunicação social. Na escala de prioridades o elo mais fraco é o que mais sofre.

Agora, mais desafiados, este tema deveria ser motivo de reflexão, sobretudo para os defensores mais acérrimos dos animais. Parece-me uma evidência que o respeito e o tratamento digno dos animais depende, e muito, da nossa situação económica.

Por isso, sugiro àqueles que tão denodadamente defendem os animais que se juntem aos que lutam por melhores condições de vida das pessoas e não promovam os partidos que insistem no individualismo, no salve-se quem puder, no golpe baixo que oportunamente aproveita os momentos de maior debilidade dos outros para tirar vantagens que, de outro modo, não seriam possíveis.”-----

De seguida apresentou a moção que se transcreve:

2 - MOÇÃO ELIMINAÇÃO DAS PORTAGENS NA A28.-----

“Em 17/05/2018 o PCP apresentou na AR uma recomendação ao governo para abolir o pagamento de portagens em toda a extensão da A28, baseado na evidência de que “passados todos estes anos, é possível concluir que neste processo houve quem ganhasse – as concessionárias – e quem perdesse – o Estado, a economia regional, os trabalhadores e a população em geral”.

A recomendação foi chumbada com os votos contra de PS, PSD e CDS e as abstenções do deputado do PAN e de deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo e uma deputada eleita pelo Porto.

Estas atitudes hipócritas são tão flagrantes que só resta perguntar, onde estão os eleitores deste concelho?

Recordando:

- a atual A28 nasceu IC graças à influência dos autarcas do Alto Minho e à passividade do autarca de Esposende da altura;

- para comprar os terrenos atravessados pelo IC utilizou-se a fórmula da intervenção pública (com preços impostos aos respetivos donos) e depois transferiu-se para privados, ao abrigo de acordos lesivos do erário público, como é habitual através do estafado argumento de que o estado é mau gestor (enchendo-se, assim os bolsos dos amigos e outras organizações useiras e vezeiras neste tipo de atividades).

Porque se trata de uma exploração contínua e injustificada das populações sem proveito para o bem geral (uma vez que o estado ainda paga se não forem cumpridos determinados itens do acordo) proponho:

- que esta assembleia reunida em reunião plenária aprove uma moção de censura dirigida aos partidos (PS, PSD e CDS) que na AR tomaram esta posição que tanto prejudica a população e o desenvolvimento do concelho de Esposende."-----

Intervio depois a Sr.ª Deputada Municipal, Tânia Sofia Lima Mota, do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

"Apresento os meus cumprimentos

Ao Sr Presidente da Mesa, aos demais elementos da Mesa,

Aos Senhores e Senhoras Deputados Municipais,

Ao Sr Presidente da Câmara,

Aos Senhores e Senhoras Vereadores e

Demais presentes,

Hoje trago um conjunto de questões, algumas delas serigráficas, dado o tempo que temos para a nossa intervenção.

Primeira questão relativa à Estação Radionaval e Forte de S. João Baptista:

Qual o ponto de situação dos projectos que o executivo tem ou ambiciona para estes dois locais de referência para o concelho?

Ecovia do Cávado:

No que respeita ao troço entre Fão e Fonte Boa, o Senhor Presidente em anterior sessão da AM, referenciou que estava a encetar negociações com os proprietários de modo a poder dar andamento às obras naqueles locais. Entretanto, tanto quanto se sabe, não há sinal de obras. Em que ponto estamos?

Obras em Fão junto à Farmácia:

Segundo informação também do Sr. Presidente do início deste ano, no Verão, a obra que para ali está prevista e se impõe estaria concluída. Entretanto nem sinal de início de obra e o Verão está aí. Pergunta-se, para quando?

Mercado Municipal:

Todos sabemos que o mercado municipal precisa de intervenção e diríamos até urgente. Este é um dossier que desde há muito vem estando nos programas eleitorais, sem que porém, veja a luz do dia. O mercado tem uma localização de excelência e pode desempenhar um papel relevante na dinamização e desenvolvimento da vida do concelho, precisa no entanto de ser intervencionado e valorizado. Diríamos até que será um dos projectos que possa justificar a reflexão e discussão pública de todos os Esposendenses. O que pensa o Executivo fazer? Está em marcha algum plano para a intervenção do município no mercado?

Bairro Social de Esposende:

Sempre que passamos no lado sul de Esposende, designadamente no bairro social, vemos uma placa a anunciar obras naquele local desde o período das eleições.

Pergunta-se, para além da substituição dos telhados, foram feitas obras naquele local? Se não foram, estão para quando?

Sabemos ainda que os moradores do bairro, desde já há muitos anos, que vêm apelando ao município pela realização de obras que são necessárias. Sabemos ainda, que vão sendo feitas promessas, sem que, no entanto, venham a ser cumpridas.

Uma das preocupações sinalizadas pelos moradores [alguns arrendatários outros proprietários] e segundo sabemos até com intenção de contribuírem financeiramente na medida das suas possibilidades para a realização de obras, tem vindo a ser solicitada uma intervenção, até em razão da idade, no sentido de os prédios serem dotados de elevadores ou de sistema equivalente que lhes permita uma maior dignidade e comodidade para não terem de subir e descer as escadas, designadamente, muitas vezes carregados. O que nos pode dizer sobre isto Sr. Presidente?

Regulamento do Ruído do Concelho de Esposende:

Segundo sabemos, há cerca de um ano, a proposta de regulamento foi levada a reunião de comissão permanente nesta AM, de modo a poder dar-se andamento aos trâmites necessários à sua publicação. Passado este tempo, em que ponto se encontra este dossier, especialmente atendendo ao facto de sabermos que em algumas zonas do concelho esta é uma questão problemática e que por altura do Verão o assunto se torna mais premente?

O Denominado Centro de Negócios de Esposende:

Lamentamos muito ter de voltar a este assunto, que tem vindo a ser alvo de discussão em todas as sessões desta assembleia. Não queria ter de dizer que às questões levantadas e pedidos de informação apresentados, se fazem ouvidos moucos [passe a expressão com o devido respeito], no entanto, a verdade é que de justificação em justificação, estamos em final de Junho, sem que o referido Centro de Negócios seja afinal um centro de negócios e não apenas um prédio meramente arrendado com e para esse fim.

Já na última sessão citei as suas palavras da AM de 26.02.2018, e volto a citar: “Quanto à questão do Centro de Negócios nós estamos a negociar essa situação e na próxima semana sairá o concurso público para a obra nesse mesmo espaço, porque estamos a precisar mesmo muito dessa intervenção”. Entretanto, na sessão de Abril, o Sr. Presidente, para além de ter referido e identificado um problema com a propriedade horizontal e preocupações em não prejudicar o proprietário do imóvel [o que até se saúda mas com o devido respeito o prejuízo que existe é para o concelho], disse o seguinte: “Em relação à negociação que está a ser feita, ela consiste numa tentativa clara de que, o município não saia prejudicado e é aí que queremos chegar no final, é com o proprietário, chegar a um entendimento no sentido de que este atraso que está a decorrer, não venha a transformar-se num prejuízo para o município e nós sabemos muito bem quanto é que é a renda mensal, e portanto vamos tentar chegar a um

acordo no sentido de não haver nesse prejuízo para o município, de resto não há nenhum segredo em relação a isso e já o disse aqui da última vez”.

Acrescentar que em Maio endereçamos um requerimento ao Senhor Presidente da mesa da AM, a solicitar o contrato de arrendamento, demais elementos e informações relativas ao denominado Centro de Negócios, sem que até hoje esses elementos e informações nos tenham chegado. Ora, para quem refere que não há qualquer segredo, a falta de resposta é no mínimo estranha e revela até mais, uma certa falta de respeito institucional e pelo Regimento da AM, porque o requerimento foi feito nesses termos.

Isto dito, voltamos às questões: Em que ponto estamos? Qual o exacto valor inicial da renda negociada? Qual o exacto valor actual da renda? Sofreu alguma alteração? Não considera Senhor Presidente, que o concelho está a ser prejudicado com a gestão deste assunto? Tendo em consideração a sua justificação na anterior sessão, outra resposta parece não ser de dar ou admitir, tal foi o número de vezes que falou em prejuízo e prejudicados, enfim qual o ponto de situação deste dossier.

O Município foi alvo de buscas:

Por fim, soubemos esta semana pelos órgãos da CS que o município de Esposende foi buscado pela PJ a propósito de uma investigação denominada “Tuti Frutti”, em que estará em causa a prática de vários crimes. Cumpre pois, ao Senhor Presidente parece-nos, esclarecer esta assembleia dos motivos da realização das buscas. Assim, as buscas prenderam-se com a actividade do município? Prendeu-se com a adjudicação directa de contratos? Prendeu-se com outros motivos? Quais? Se se prendeu com a adjudicação de contratos, falamos de que entidades ou empresas?

Termino muito rapidamente para falar de um pormenor:

Em dezembro, Sr Presidente esta AM deliberou por unanimidade uma recomendação no sentido de ser instalada uma rede Wi-fi, nesta assembleia. Estamos em junho, eu perguntava, sendo certo que isto é um pormenor, revela muitas vezes a conduta e o comportamento na resolução dos pormenores. Não foi ainda possível fazer a instalação de uma rede Wi-fi nesta assembleia, passados todos estes meses? Será assim tão caro?

Muito obrigada.”

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Alfredo Evangelista e Sá, do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Muito boa noite
Senhor Presidente,
Membros da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Caros colegas Deputados,
Público em geral*

A questão que a minha colega, Dr^a Tânia Mota acabou de colocar, introduz-me no tema que eu tinha escolhido para esta intervenção, que é a paralisação da Câmara e dos Serviços Municipais. Esta Câmara trabalha sem estratégia, não tem demonstração de trabalho, nem tem liderança e eu vou explicar porquê. Isto que disse aqui que é um pormenor, é generalizado. Se repararmos neste momento a Câmara Municipal de Esposende tem cinco

empreitadas, duas delas salvo erro, segundo informações que me deram, com atrasos significativos em termos de conclusão, e uma Câmara deste tamanho, com os meios técnicos e humanos que tem, ter cinco empreitadas e ser tão incapaz de resolver problemas tão concretos como este que ainda agora foi falado, mas como o do centro de negócios que tem apenas ao que se sabe, um edifício arrendado em Esposende, uma renda exuberante e sem paralelo no mercado local, ou como a Rua Dr. Moreira Pinto na interceção com a EN13, em frente à farmácia de Fão, que o Sr. Presidente da Câmara me disse na última reunião que ia começar dentro de dias. A última reunião foi há dois meses, é verdade que disse dias, não disse quantos, isso é verdade, faz-me lembrar ontem a intervenção de um Riotintense, na Assembleia de Freguesia de Rio Tinto, que a propósito da enxurrada que houve no início de outubro de 2013, ou meados de 2013, tinha acabado de tomar posse o Senhor Presidente da Câmara, portanto vai fazer cinco anos, prometeu que iria ajudar a recuperação das sepulturas, vai fazer cinco anos e ainda não o fez, e o Sr. Presidente da Junta de Fonte Boa disse uma coisa muito interessante, disse assim: "o Senhor Presidente da Câmara não mente, ele disse que ia fazer, vai fazê-lo" não disse é quando, só vai fazer cinco anos, é pouca coisa. Portanto, uma Câmara que não consegue resolver problemas desta pequenez, eu pergunto que tipo de estratégia é que tem?

É verdade que quem olha para o Boletim Municipal, aquele jornal que o senhor Presidente nos faz chegar todos os meses e olha para a informação que vem pela internet e nisso eu reconheço a Câmara de Esposende é ótima, em termos de publicidade e propaganda não há quem a bata, o Senhor Presidente da Câmara lança a primeira pedra, visita a pedra do meio, visita a pedra final e vai cortar a fita, a mesma coisa faz render várias edições do jornal.

Mas não é disso que o povo vive, o povo não vive desse ramerrame e é pena que um concelho como Esposende esteja a perder oportunidades por falta de estratégia, falta de capacidade de trabalho e falta de liderança, e isso preocupa-me.

Já agora Sr. Presidente da Câmara, quanto à questão das buscas, é engraçado o Sr. Dr. Neiva, como sempre, com a inteligência que se lhe reconhece e fineza, chegou aqui hoje, trouxe dois assuntos muito importantes. Trouxe uma moção importante que tem claramente interesse para o concelho e veio falar de política nacional. Então Portugal está péssimo, Portugal estava ótimo quando estava lá o Passos Coelho, isso é que estava ótimo, claro que estava ótimo e agora com o PSD que vem aí, do Santana Lopes que vai sair, agora até vai ter piada que vocês eram todos Santana Lopes agora até vou ver se vocês vão ser lareiras ou o que é que vão ser.

Mas esse tipo de abordagem, eu nem vou responder às questões da política nacional, porque acho que o Dr. Neiva fez isso para afastar as atenções das buscas da judicária anteontem, disso nós estamos certos e também da questão do país estar a arder com as greves, nós sabemos muito bem qual é a razão das greves, as greves começaram a partir de Outubro, graças ao excelente resultado que o PS teve nas autárquicas e ao mau resultado que o PCP teve nas autárquicas, toda a gente percebe isso. Agora a questão das buscas dos agentes da PJ, e essa questão eu gostava que o Sr. Presidente esclarecesse, é que o Sr. Presidente da Câmara fez um comunicado e muito bem, a dizer que, a Câmara não tinha nada a ver, nem tinha nenhum contrato celebrado com a tal empresa de que se falava, Ambigold, ou qualquer coisa do género, acho que é assim o nome da empresa, mas, segundo me disseram, a Câmara tem ajustes diretos com a Geofuture que é uma empresa da pessoa, do filho do Fernando Reis que está a ser investigado. Assim como a Câmara, ou não foi a Câmara, foi a Esposende Ambiente vendeu um prédio a um filho do Dr. Fernando Reis, no mandato anterior. E

portanto, eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse que prédio foi esse que a Esposende Ambiente vendeu ao filho do Dr. Fernando Reis? Qual foi o modo de venda, se houve concurso público? Qual foi o tipo de negociação? Qual foi o valor? Porque não é da Câmara mas é da Esposende Ambiente e a Esposende Ambiente e a Câmara são mais ou menos a mesma coisa, e esses esclarecimentos Sr. Presidente são importantes. São importantes para que, nós todos, fiquemos tranquilos sobre o que se está a passar, e o Sr. Presidente e neste caso tem a sua Vice-Presidente que é uma pessoa privilegiada, visto que era a Presidente da Esposende Ambiente no anterior mandato, poderá esclarecer-nos desse negócio que terá sido efetuado com o filho do Dr. Fernando Reis. Portanto eu gostava que me dissesse como é que foi feita a venda, porque é que foi feita a venda, qual foi o modo de venda e qual foi o valor da venda. E já agora, esse contrato da Geofuture, que tipo de contrato é que a Câmara fez com eles, para quê? Qual foi o montante? Sendo certo que segundo dizem, foi um ajuste direto e qual a razão para ser um ajuste direto? E por agora fico-me.”-----

Terminadas as intervenções políticas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação os assuntos propostos no período de Antes da Ordem do Dia, um voto de pesar subscrito por todas as bancadas políticas e as duas moções apresentadas, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA D. LAURA BARROS GOMES TOMÉ.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA D. LAURA BARROS GOMES TOMÉ.-----
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

2 – MOÇÃO: NÃO À LINHA DE MUITA ALTA TENSÃO NO CORREDOR DA A28.---

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

3 – MOÇÃO: ELIMINAÇÃO DAS PORTAGENS NA A28 – MOÇÃO DE CENSURA AOS PARTIDOS POLÍTICOS QUE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA REJEITARAM A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO PCP PARA ABOLIR O PAGAMENTO DE PORTAGENS NA A28.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP, COM 22 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E 6 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, E DOS SENHORES PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE FORJÃES E DE VILA CHÃ.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “*Votamos contra porque não compete aos deputados da Assembleia Municipal de Esposende censurar a*

atuação dos partidos nem dos deputados na Assembleia da República. Estaríamos a favor da moção, se ela fosse para abolição das portagens na A28 mas, o que é proposto nesta moção é que se censure os partidos. Não é democrático, não é legal, não é lícito, os deputados da Assembleia Municipal de Esposende censurarem as deliberações dos partidos da Assembleia da República, como não seria, se os partidos da Assembleia da República censurassem as atitudes ou as deliberações da Assembleia Municipal de Esposende. Em democracia há que respeitar o voto, há que respeitar a separação de poderes e há que respeitar as deliberações dos Grupos Políticos representados na Assembleia da República.”-----

Esta declaração de voto foi subscrita também pelo Grupo Político do PSD.

Pelo Presidente de Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi subscrita também a declaração de voto apresentada pelo Grupo Político do PS, tendo acrescentado que: *“O PCP deveria ter apresentado o mesmo teor da proposta que foi para a Assembleia da República, sem tentar fazer uma jogada política colocando no título da moção algo que nada tem a ver com a Moção.”-----*

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Acompanhamos a declaração de voto do grupo político do PS, reforçando que votaríamos favoravelmente a moção apresentada caso o seu propósito fosse pela abolição de portagens na A 28 e não uma moção de censura aos partidos políticos, na medida em que não cabe à Assembleia Municipal esse papel”-----*

Pelo membro do Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político JPNT absteve-se pelos mesmos motivos já aqui referidos pelo Dr. Tito.”-----*

Terminadas as intervenções políticas, passou-se para a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo nesse momento o Senhor presidente da Mesa da Assembleia questionado os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Presidentes de Junta se tinham alguma questão sobre a mesma.

Pediu esclarecimentos o Senhor Deputado Municipal Tito Alfredo Evangelista e Sá, nos seguintes termos:

“Eu não vou estar a perguntar muita coisa sobre a informação escrita ao Senhor Presidente da Câmara, embora não me agrade minimamente o modo como ela é feita.

No fundo é quase um relato de atividades e não propriamente uma informação, ou seja, aquilo é mais ou menos uma reportagem de atividades do que propriamente uma informação escrita, na minha opinião deve ser algo mais, deve ser um partilhar de estratégias de desenvolvimento para o Concelho, as opções das dinâmicas, e não só uma mera reportagem de atividades desenvolvidas. Mas passando esta apreciação, há aqui uma questão que tem a ver com o facto de termos seis praias de Esposende com grau “Qualidade Ouro”, a questão é esta, isso é verdade, só que neste momento há praias que ainda não estão abertas, há praias no concelho, mesmo praias concessionadas que não estão a funcionar, porque não têm nadador salvador e nesta altura que já estamos com o ano balnear largamente em curso, como é que há praias que ainda não estão a funcionar?

Isso é muito mau para a economia local e é mau para a imagem do concelho, e isso é importante que se diga aqui e gostava que o Senhor Presidente da Câmara me explicasse isso.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para, responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais e para a sua intervenção política.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Caríssimo público aqui presente,*

Vou tentar responder às questões que me foram colocadas, começar pelo Dr. Penteado Neiva e em relação à diligência que foi efetuada pela Polícia Judiciária, com a frontalidade que me é reconhecida, eu sei que há muita gente que quando leu essa notícia ficou logo todo esperançado, mas vai ter que meter outra vez a viola no saco, por uma razão muito simples, e também não gostei muito do tom que foi aqui utilizado neste local por algumas pessoas hoje, porque eu acho que tem que haver respeito e não é porque vem a Polícia Judiciária à Câmara, porque já veio muitas vezes, agora e no passado, fartou-se de vir à Câmara Municipal de Esposende e às outras Câmaras, foram a setenta locais na quarta-feira, não vieram à Câmara de Esposende, foram a setenta locais. E é preciso ver o que é que daí resulta e estou a falar da imprensa e do que chegou por parte da imprensa, o que é que daí resulta e o que é que lá vieram fazer e o que é que de lá levaram e depois é que se toma posições mais ou menos impetuosas quando se vem para uma Assembleia Municipal.

Parece-me de muito mau tom, aliás quando se aconselha sempre alguma ponderação em relação aquilo que se vai falando e se vai dizendo, depois vir, já parece que somos todos culpados e que já está toda a gente condenada, pois então eu vou-vos explicar o que é que aconteceu.

Eu na quarta-feira de manhã cheguei à Câmara e o segurança veio-me dizer: “Sr. Presidente estão aqui uns Senhores da Polícia Judiciária que querem fazer uma diligência aqui na Câmara Municipal.”

Eu disse sim senhor, fui lá acima, na altura ainda não tinha chegado a minha secretária, estava apenas uma das secretárias da vereação, os senhores Vereadores também ainda não tinham chegado e eu falei com os Senhores, conduzi-os ao meu gabinete, e fui ver então o que é que se passava em relação à diligência que eles pretendiam fazer.

A primeira coisa que me perguntaram foi onde era o gabinete do Senhor Vereador António Abreu, eu disse desculpem lá, mas devem estar enganados porque o Senhor Vereador António Abreu não tem gabinete nenhum nesta Câmara, não tem qualquer pelouro, qualquer função na

Câmara Municipal, apenas vem às Reuniões de Câmara e participa nas votações, portanto há aqui qualquer lapso em relação a essa matéria.

Bem, eu acho que eles rapidamente perceberam que estavam no local errado, em relação aquilo que andavam a fazer. Eu percebi mais tarde, que eu na altura não fazia a mínima ideia do que é que se estava a passar, nem onde é que eles estavam, para mim estavam na Câmara de Esposende, única e simplesmente. Comecei a perceber mais tarde que tinha a ver com relações com a JSD, etc, mas que nada tem a ver com este jovem, que por acaso está de férias hoje, nada que tenha a ver com a atividade dele, muito menos ele tem qualquer tipo de decisão na Câmara Municipal, e percebi logo daí o equívoco, que foi uma ação que surge por via de uma diligência de Lisboa, que fizeram essas leituras alargadas, onde houvesse alguém que tivesse sido da JSD, algum "desgraçado" e que tivesse algum cargo de responsabilidade, já tinha que ser objeto de buscas toda a gente, o que é uma palermice e é um absurdo completo e começa por aqui.

Depois disseram, olhe nós queríamos toda a documentação relacionada com a adjudicação do relvado do Grupo Desportivo de Apúlia.

Eu disse desculpe lá, mas deve haver aqui algum problema, infelizmente para eles ainda não há relvado na Apúlia, e parece que a grande diligência, o grande problema que surgia, é que então e vamos agora pôr os nomes também, o tal senhor Carlos Reis terá umas empresas que trabalham nessa área dos campos relvados, só que azar dos diabos para eles, pelos vistos, a Câmara nunca trabalhou com nenhuma empresa dele, essa é que é a realidade ligada a essa área, nunca, que eu saiba nem os relvados anteriores que foram feitos, e não foi nenhum no meu tempo já agora diga-se de passagem, os três relvados que foram feitos em Esposende, Marinhas e Forjães, foram adjudicados no mandato anterior, onde ainda eu não era Presidente, só para ficar bem claro, para não haver dúvidas nenhuma na cabeça de ninguém. Eu não adjudiquei relvado nenhum desde que sou Presidente da Câmara, que fique bem claro, mas também não houve relação nenhuma com essa empresa, e a verdade é que depois a própria pesquisa que o Dr. Nuno Capitão, que está aqui presente, foi fazer aparecia zero, tal qual como a que eles fizeram.

Bom, começaram a olhar uns para os outros e a perceber claramente que estavam no sítio errado como eu dizia há pouco, eu disse assim, bom a única coisa que existe é um protocolo, feito com o Clube em janeiro do ano anterior, em 2017, que de facto define o que é que vai ser feito, vai ser dado um apoio para a aquisição de terrenos, depois para a elaboração do projeto e mais tarde para a obra, até 50% sendo que, está bem explícito no documento que a responsabilidade para lançar o concurso é do próprio Clube, vejam lá o absurdo disto tudo.

E pronto, demos-lhes uma cópia do protocolo e eu disse-lhes, se quiserem já agora, o projeto para o Campo relvado deu entrada na Câmara há um mês atrás, posso-lhes dar uma cópia do projeto, mas já era eu que lhes sugeria o que é que eles deviam levar, porque o que eles pretendiam, não existia. Aliás, chegamos ao ponto de uma das inspetoras dizer, bem, a rirem-se já a dizer bom, agora nós já fazemos tipo preventivo, portanto é antes dos crimes acontecerem já vimos verificar, em tom de brincadeira porque perceberam que não havia nada.

A verdade é que fizeram uma pesquisa nos servidores da câmara sobre as empresas investigadas, eram umas quatro ou cinco, das quais haveria qualquer negócio ilícito, haverá ou não, mas com nenhuma delas nós tivemos qualquer tipo de relacionamento.

Esta é a realidade, das pesquisas que foram efetuadas em relação às empresas nos servidores da Câmara nada surgiu, porque nunca tivemos relação, podíamos ter tido, aliás a maior parte

das outras Câmaras até tinham, mas por acaso, por coincidência até não temos, esta é que é a realidade.

Já agora porque falou numa Geofuture, tem a certeza mesmo que essa pessoa é administrador dessa empresa? Mas diga que é para ficar em ata o que o senhor vai dizer. Pois antes de o dizer aqui, Dr. Tito, devia ter confirmado, porque lançou aqui uma suspeita, tem a certeza que à data de hoje esse senhor é administrador dessa empresa?.

Repare, se essa empresa não está no âmbito das diligências da Polícia Judiciária, os Senhores agora já estão a avançar numa investigação além daquilo que é a investigação da Polícia Judiciária?

A questão é que as pessoas veem fantasmas em todo o lado, e a verdade é que se desiludiram com isso está a perceber, porque não é nada daquilo que pensavam e as pessoas vieram fazer aquilo que tinham que fazer, foram bem tratados como é óbvio, entregamos aquilo que nos pediram, até fomos nós a entregar documentos que nem sequer nos tinham solicitado, porque eles nem sabiam o que levar, em boa verdade e pronto ficou o nome de Esposende manchado, que eu a dada altura disse-lhes, vocês deviam ter mais cuidado, porque é claro que isto vai ser falado, acabam por envolver o nome da Câmara Municipal de Esposende e não há aqui nada, nem matéria nenhuma para ser analisada.

E o que vem daqui meus amigos é tão simples quanto isto, o “azar” é que temos um jovem que foi eleito e que entretanto tinha sido da JSD, o crime neste momento agora é ter pertencido à JSD, a verdade é mesmo esta. Agora toda a gente que é da JSD e tem um cargo autárquico já está envolvida em negócios e isso é uma mancha que não faz qualquer sentido existir, esta é que é a realidade, então se não havia relação nenhuma com nenhuma dessas empresas, o que é que os levava a vir aqui, só porque tínhamos um miúdo que tinha feito parte da JSD e era Vereador, que nem pelouros tem nem nunca teve um gabinete dentro da Câmara? Isto é a forma como a Justiça Portuguesa atua e que coloca o nome das pessoas na lama sem qualquer razão disso existir está a perceber, e esta explicação fica para todos porque é assim que as coisas aconteceram, lamentavelmente.

Aliás, o tom inicial, depois no fim era “entrada de leão e saída de cordeiro”, não é assim que se costuma dizer? Depois já era tudo cumprimentos para aqui e para acolá e vamos embora e ao telefone até alguém ouviu dizer “vamos embora que não levamos nada daqui” ou qualquer coisa assim do género, mas é lamentável é que depois o nome da Câmara de Esposende apareça envolvido nestas coisas e alguém deveria ter responsabilidade.

Eu percebi, foi alguém de Lisboa, “ó pá vão lá”, naturalmente são as diligências que têm que fazer, só que isto, uma coisa era vir alguém e ter uma atitude enfim, o problema é o mediatismo destas coisas, antes de, já estava a imprensa toda à espera, por acaso aqui não estava, mas noutros sítios, antes de eles irem lá, as pessoas não sabem naturalmente nem têm que saber, mas a imprensa sabe toda e é este o País onde a gente vive e lá se vai o segredo de justiça e essas coisas todas e ninguém quer saber, querem é pôr o nome das pessoas na lama o mais rapidamente possível.

De qualquer maneira, que fique bem claro que isso não incidiu diretamente sobre nenhuma pessoa da Câmara Municipal de Esposende, que fique bem claro, tinha a ver apenas com os eventuais negócios que poderiam existir e que não existiram, e essas ligações que fazem à existência de outras empresas, se as pessoas têm, uma, duas, três, dez empresas, vinte empresas, agora qualquer negócio com uma empresa dessas é um negócio ilícito?

Por amor de Deus tenham cuidado com as palavras que utilizam, porque também podem ser utilizadas contra quem as profere, porque é preciso salvaguardar, pode haver uma situação ou

outra, com outros sócios que tenham problemas e não quer dizer que todas as pessoas sejam, que toda a atividade das pessoas seja ilícita e ilegal, é preciso que haja algum cuidado com a utilização dessas expressões.

Por muito que a política às vezes leve para esses exageros, mas não deve ser assim e vou-lhe dizer uma coisa, o que me custou mais neste processo todo foi quando me disseram que iam falar com algumas pessoas do Grupo Desportivo de Apúlia. Eu a pensar naquelas pessoas que pegaram num clube, quando eu fui lá a primeira vez, está ali o Sr. Presidente da Junta lembra-se disso? Aquilo era erva por todo o lado, enfim, um espaço abandonado, trabalharam tanto para pintar aquilo, para limpar aquelas ervas, para iniciarem a atividade, não fizeram nada e não têm o raio do campo relvado, se me permitem e já têm a Judiciária à porta de volta deles, sem terem culpa nenhuma de nada.

Eu disse ó pá, vocês não vão lá que até parece mal, eu disse não faz sentido vocês vão incomodar aquelas pessoas, é gente humilde, gente de trabalho, lembrava-me do Adriano, lembrava-me daqueles moços, mas pronto, mas foram ver, eu tinha dito que não tinha relva nenhuma mas quiseram ir ver e parece que falaram com um ou dois. Completamente absurdo, completamente ridículo o que ali se passou, mas tudo bem, também claro que estou completamente tranquilo em relação a isto, mas é lamentável a atuação muitas vezes das autoridades desta forma desproporcionada.

Também não foram apreendidos computadores, disseram que levaram computadores, não levaram coisíssima nenhuma, foram ao servidor porque é obrigatório, a diligência era nesse sentido e copiaram os mails para um disco e levaram, mas não tinha pesquisa nenhuma, portanto isto não resultou em coisíssima nenhuma.

Quanto à situação da moção apresentada pelo grupo político do PSD, da rede de muito alta tensão, é uma situação que nos preocupa e ela já foi aqui abordada em tempos, na altura nós fizemos as diligências necessárias, questionamos, diziam-nos que estava tudo bem, estava tudo aprovado no sentido de ser em Barcelos e de repente tivemos conhecimento que houve diligências em termos da Assembleia da República, que apresentaram propostas que conduziam para a suspensão da situação existente, e para uma tentativa de empurrar isso para o município de Esposende. Ora, conversado com o grupo do PSD, pelo qual também fui eleito para a Câmara, entendemos apresentar, e agradeço o sentido de voto de todos, porque é um assunto que toca a todos, toca ao município de Esposende, não faz qualquer sentido, o Dr. Neiva sintetizou muito bem, em termos de defesa do nosso património, somos um município tão pequeno, com tão pouca área florestal, com uma população já com mais de 350 habitantes por km², atenção que, a faixa de segurança para essa linha é na ordem dos 100 metros, é rasgar uma nova via vamos dizer assim, física, de 100 metros destruindo vegetação, etc, que não pode estar sequer próxima, dessa linha de muito alta tensão, com todo o impacto que isso tem. Isso é completamente inaceitável por parte do município de Esposende, e daí tomar-se uma atitude e não vamos fraquejar nisto, temos que nos unir e lutar contra isto. Não é por razões político-partidárias, que as pessoas vão empurrar para cima dos outros, aquilo que tecnicamente foi validado como sendo mais adequado no terreno deles. Que tenham paciência, eu estou aqui para comprar essa guerra seja com quem for, seja com o Governo, seja com o município de Barcelos, seja com quem for. Não vão fazer do nosso município caixote do lixo daquilo que não querem nas terras deles e enviar para cima de nós. Já foi tempos, e já nos livramos disso desde há uns anos a esta parte, portanto isso está fora de questão e vamos levar isto muito a sério, porque me pareceu que é resultado de uma guerra política interna no município de Barcelos e acaba por sobrar para nós, e nós não vamos poder aceitar isto e espero que tenha

a solidariedade de todos os grupos políticos em relação a esta matéria porque não se trata de uma questão de partidos, trata-se de uma questão de defesa da saúde pública e do nosso território.

Do Senhor Deputado Cepa Carneiro, fez aqui algumas referências à feira da saúde, à questão dos direitos dos animais, eu pensei que ia falar mesmo dos direitos dos animais, depois fez essa analogia com as pessoas, preocupar-nos também com as pessoas e não só com os animais, e com a vida das pessoas, eu também concordo consigo se me permite, porque também acho que tem que haver um equilíbrio entre tudo e também é verdade que as pessoas vivendo melhor, também tratarão melhor os animais, isso também é verdade, tendo melhores recursos financeiros, isso é tudo verdade, mas pensei que ia fazer um elogio à nossa política em relação à defesa dos animais, esqueceu essa parte e foi pena porque nós temos trabalhado muito para isso, e não tem nada a ver com a existência do PAN ou o que seja, tem a ver com um sentimento que está instalado na sociedade hoje, da defesa dos animais e temos que tentar de alguma forma corresponder a esse sentimento generalizado da população.

A questão do pagamento das portagens nós já falamos sobre isso, sempre estivemos contra isso e foi pena que também a moção não fosse, se me permite, nesse sentido claro e inequívoco, porque aí nós concordamos e sempre concordamos com a abolição das portagens que prejudica e muito o nosso território e mesmo quando foi, enfim com o apoio do PSD a nível nacional, ou pelo menos sem grandes objeções, nós nunca estivemos ao lado dessa postura, tal como nunca estivemos ao lado da Administração Territorial Autárquica, da reforma, soubemos sempre diferenciar aquilo que é o partido e aquilo que é a defesa dos interesses do município.

Da Senhora Deputada Tânia Mota, em relação à Estação Radionaval estamos à espera do visto do Tribunal de Contas, é só isso mesmo, vindo o visto do Tribunal de Contas temos todas as indicações de que se poderá fazer desde logo a alienação, e a compra por parte do município às finanças, que é mesmo assim. Do Forte S. João Batista neste momento temos a minuta, com o valor a pagar, faltava um parecer da APA que entretanto já foi enviado, portanto neste momento estamos mesmo à espera só de assinar os documentos, é mesmo isso. Portanto, todas as diligências que eram necessárias foram ultrapassadas, estávamos a tentar que fosse nos 25 anos de elevação a cidade, no dia 19 de agosto, mas não depende de nós. Da nossa parte temos dinheiro na conta para pagar, e para ficar com estes dois imóveis que muito interessam ao município de Esposende.

Eu já expliquei aqui o que é que pretendemos para lá, a Senhora não era deputada na altura, mas de forma sucinta, um centro de divulgação científica no Forte, numa ótica de serviço público sempre, e de forma a esses edifícios ficarem ao serviço das populações diretamente e não de privados, e em Apúlia, um centro multidisciplinar de ciência e tecnologia marinha, de acordo com a parceria que temos com a Universidade do Minho.

Quanto à Ecovia do Cávado, Fão – Fonte Boa, dar nota de uma situação, efetivamente nós tínhamos um acordo verbal com uma das famílias de um dos terrenos na zona já mesmo a chegar à Barca do Lago, sempre nos disseram que não havia problema, tivemos inicialmente um pequeno problema, em abril do ano passado, por altura da Páscoa, eu andei lá com essas pessoas e estava tudo bem, era só um reajustamento do traçado, não havia problema absolutamente nenhum, fizemos tudo aquilo que estava ao nosso alcance, andaram a empalear-nos e há dias recebemos um e-mail da Senhora Advogada que os representava a

dizer que já não tinha condições para os representar sequer, portanto tinha caído por terra essa autorização e essa vontade de colaborar. Bem, não há outro remédio, vamos expropriar. A ecovia vai-se fazer, lamentamos esse procedimento por parte das pessoas, de dizer hoje uma coisa e amanhã dizer outra, mas nós vamos acreditando nas pessoas, fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, porque se nos tivessem dito logo que não era possível, tínhamos avançado logo para o processo de expropriação. Se estamos num processo de negociação e nos dizem, se fizerem isto, nós permitimos, que seria fazer uma vedação, deixando a ecovia do lado do rio, que fazia todo o sentido, uma vedação em rede e passava por um reajustamento que entendiam num sítio ou noutra ser mais chegado ao rio e menos para o meio do terreno. Pacífico para nós não tinha qualquer tipo de problema, não aceitaram, cortaram o diálogo, nós temos outras ferramentas para levar isto por diante, vamos terminar a parte da empreitada que é possível terminar e naquele troço, as pessoas são obrigadas a deixar passar na mesma, porque é domínio público hídrico, portanto os proprietários não podem impedir a passagem das pessoas, mas não podemos lá fazer qualquer obra sem que seja expropriado o terreno.

Naturalmente que agora, porventura, as nossas ambições aumentaram, porque até aqui havia um processo comercial e nós estávamos a tentar reajustar-nos também aos interesses dos proprietários, o que não é ilegítimo, é um processo comercial, faz parte, mas neste momento acabou-se a tolerância e a paciência, diria eu em relação a esta matéria e portanto já está em curso a expropriação desse mesmo terreno. Vamos finalizar a empreitada dentro daquilo que é possível acabar agora, e vai ficar aquele troço correspondente ao terreno daquelas pessoas e em tempo próprio ela irá ser feita, de uma forma ou de outra.

Quanto à obra junto à farmácia, lamentavelmente há uma situação relacionada com as Infraestruturas de Portugal, que nós não estávamos a contar, a empreitada está adjudicada, não sei se já foi feita até a consignação, mas adjudicada está, e há uma situação com as Infraestruturas de Portugal que estão a atrasar imenso a pronúncia sobre uma solução do projeto e é só por isso, porque a informação que eu tinha não era essa. Também é verdade que eu já tive uma reunião no Porto com a senhora diretora, Eng.ª Luisa Cordeiro e o assunto já ficou de ser resolvido há um tempo a esta parte, nós estamos sempre a pressionar, as coisas são mesmo assim e não somos só nós que nos atrasamos infelizmente, há muita gente que se atrasa também connosco.

Quanto ao mercado municipal, nós temos uma intervenção prevista para o mercado municipal no âmbito do PARU, neste momento estamos a reajustar o projeto, está a ser feito internamente, porque o projeto que nós tínhamos, não estava terminado e não correspondia aquilo que é hoje a exigência e a visão das pessoas em relação à utilização do mercado.

Hoje como saberá muito bem, a utilização do mercado não é meramente um espaço para pôr bancas e vender produtos, já se evoluiu bastante e portanto nós não queremos neste momento começar a construir um equipamento, ou reconstruir, ou ampliar, ou remodelar se quiser, e dizer que continuamos a ter um equipamento como tínhamos há trinta ou trinta e cinco anos atrás.

Queremos uma coisa moderna, adequado um bocado aquilo que é a imagem do concelho de Esposende, mas é para ser feito posso-lhe dar uma garantia, o projeto tem que estar pronto até ao final deste ano porque, caso contrário perdemos o financiamento do PARU. Portanto é o nosso time, temos uns quatro ou cinco projetos para terminar, todos aqueles que estão no PARU têm que ser terminados até ao final deste ano obrigatoriamente.

Quanto ao Bairro Social de Esposende, a placa que lá está corresponde às obras que foram

feitas inicialmente e não a obras futuras. Aquilo que nós fizemos foi corresponder a uma vontade expressa dos proprietários e dos arrendatários, que pediam há muitos anos a esta parte, foi pedido nesta Assembleia muitas vezes a substituição da cobertura, porque chovia, entrava água dentro das frações, e a cobertura ainda era em fibrocimento. Isso já foi mais do que explicado, o projeto que foi pedido e que existe é para uma intervenção global, mais no sentido do isolamento e da componente da eficiência energética, como havia essa necessidade extrema, avançamos apenas com essa parte da substituição das coberturas, que correu muito e já ouvimos bastantes elogios por parte dos proprietários em relação a essa matéria.

O resto, atendendo ao volume financeiro, também nunca foi prometido que era para ser feito logo, que fique bem claro. Porque estamos a falar de valores completamente distintos, aí esperaríamos pela possibilidade de uma candidatura e da possibilidade de, atendendo à circunstância de não sermos proprietários das frações todas, como é que se poderia enquadrar isto, dizendo desde logo que os proprietários particulares têm que contribuir para a despesa que lá for colocada e para a componente nacional se for elegível, portanto está fora de questão, a Câmara não pode pagar aos particulares a parte deles. Mesmo na intervenção que foi feita, existe uma associação de moradores, existe um contrato, está tudo claro em relação a essa matéria. Já agora dar nota só de uma coisa, nós não pretendíamos fazer só neste bairro, nós fizemos um estudo para todos, o projeto que foi elaborado foi só para este, mas é nossa intenção avançar também e verificar o que é que se passa nos outros bairros sociais do concelho, nomeadamente em Fão e em Palmeira pelo menos.

Quanto ao regulamento do ruído, na próxima Reunião de Câmara, na próxima quinta-feira vai uma proposta e entretanto já se tentou resolver aqueles problemas mais complicados, nomeadamente no Bib'Ofir, já houve uma reunião porque o ano passado foi muito, até foi aqui nesta Assembleia também alertado dessa situação, já foi falado e já colocaram limitadores de som, existem esses dispositivos para o exterior, e portanto vai-se tentar minimizar também o impacto para ver se não há tantas queixas, sempre dissemos que tem que haver um equilíbrio entre aquilo que é a atividade do verão, e se queremos ser um município de turismo também temos que ter alguma paciência nalgumas coisas, tem que haver um equilíbrio entre isso e aquilo que é a qualidade de vida dos cidadãos que cá vivem e que têm que dormir, têm que descansar e no dia a seguir têm que trabalhar, também temos que compreender isso.

Quanto ao Centro de Negócios dar-lhe nota de uma coisa, é evidente que o negócio não correu como nós queríamos, não vamos estar aqui a dizer que era assim que tínhamos pensado, não era assim que tínhamos pensado, nós tínhamos uma promessa eleitoral de criar um centro de negócios no concelho de Esposende, e eu já expliquei aqui, o nosso objetivo inicial era construir um edifício para albergar esse mesmo centro de negócios. Sinalizamos junto de uma entidade nacional que eu agora não me recordo o nome, que estava a fazer o mapeamento dessas infraestruturas para depois poderem ser financiadas no âmbito do Portugal 2020, como se fez noutras áreas. Aconselharam-nos a dar início à atividade num outro espaço qualquer, para justificar o investimento porque havia muitos municípios à procura desse financiamento. Foi o que nos levou a procurar na cidade de Esposende, um espaço que tivesse condições para colocarmos lá o Centro de Negócios e foi assim que chegamos aquele prédio, que estava ali devoluto há muitos anos e que tinha condições para isso. Tinha licença de utilização de todas as frações e avançamos para isso, porque havia uma certa urgência em resolver o problema. Bem, a verdade é que depois as coisas acabaram por não ser exatamente assim. Chegados a este ponto, não desistimos de nada, continuamos com a intenção de fazer um novo edifício para o Centro de Negócios, mas temos um problema para resolver. Como é que o resolvemos?

Segunda-feira pode passar na Câmara Municipal e ser-lhe-á entregue uma cópia do contrato e a correspondente adenda ao contrato, que foi feita no sentido da suspensão desse contrato. Como eu lhe disse estamos em negociações com o proprietário, chegamos a um acordo para já no sentido da suspensão, para resolvermos o problema que existe, ou seja, a partir de hoje não se está a pagar nada pela utilização daquele edifício, que fique bem claro, e quanto às rendas vencidas, aquelas que já foram pagas, também está em curso uma negociação, tal como eu tinha dito, mas vamos com calma, temos que perceber quando é que vamos fazer as obras, mas agora temos aqui algum tempo, para estarmos tranquilos e não estarmos a consumir os recursos do município, seria a última coisa que eu iria fazer.

É preciso dizer uma coisa, fala-se sempre do valor, mas é preciso dizer que tem 750 metros quadrados, eu pergunto onde é que no centro da cidade encontram um espaço disponível com 750 metros quadrados e lhe fazem por menos do que esse valor, porque não foi o Presidente da Câmara que disse quanto é que ia pagar. Houve uma avaliação do espaço, em função daquilo que são os critérios e não fui eu que disse à Senhora ponha lá x, como é óbvio. As pessoas chegaram a um valor, o proprietário pediu, enquadrava-se dentro do valor que até era superior e autorizei, claro que autorizei, porque queria que as coisas corressem bem e era para três anos, infelizmente está nesse ponto mas que fique bem claro que é este o ponto de situação. Neste momento ninguém do concelho está a pagar um cêntimo em relação à utilização, ou à não utilização daquele espaço.

Posso-lhe dizer outra coisa, vou alterar o projeto, no sentido de fazer uma intervenção de menor monta, tentarmos pôr a funcionar o espaço sem recorrer a tanto esforço financeiro por parte da Câmara. É uma questão que foi avaliada em função de tudo o que estava a acontecer, o que não quer dizer que agora na renegociação do contrato não possa haver até um prolongar do mesmo contrato, a ideia é que no final não se pague mais do que aquilo que era suposto pagar-se no início. Eu sei que há uma preocupação generalizada, mas ninguém está à espera que a Câmara Municipal vá dar dinheiro às pessoas, é como lhe digo, depois a política leva a estas interpretações todas, mas as coisas não são assim. O que foi feito foi feito, infelizmente não foi possível avançar e eu não posso abrir as portas de um centro de negócios sem que as coisas estejam todas regularizadas.

Quanto à rede wi-fi o Senhor Presidente da Assembleia já explicou que estamos a ver não só a rede wi-fi mas também o projetor que está aqui em cima que também não funciona devidamente e portanto vai ser substituído, aliás estamos a tratar em termos informáticos de melhorar bastantes coisas em relação à Câmara Municipal. Já agora dar nota que nós temos o projeto Esposende em Rede e já instalamos rede wi-fi em quase todas as freguesias, nas zonas centrais, que é uma circunstância que de facto já devia estar a funcionar há muito tempo.

Aliás mesmo dentro da própria Câmara, do edifício da própria Câmara quando há alguma reunião, foi-nos também sugerido pelos serviços técnicos, podia haver uma rede aberta, há uma fechada e uma aberta para quem chegar poder fazer um download ou o que entender para fazer uma apresentação, etc, e poder ter acesso à internet dessa forma.

Do Senhor Deputado Tito Evangelista eu percebo, o Senhor é um homem com muita experiência política, tem a sua forma de apresentar as coisas, muito inflamado, o problema é que não bate a cara com a careta, se me permite, também, usar uma expressão muito engraçada. Porque dizer que a câmara só tem cinco empreitadas em curso, não é correto. Olhe só na informação escrita estão sete, mas há muitas mais, mas não é por aí, a questão é

Olhe só na informação escrita estão sete, mas há muitas mais, mas não é por aí, a questão é quanto a eu ir ao lançamento das primeiras pedras, depois ir a meio e no fim, mas ainda tenho muitas para ir, o que é um problema, porque o Cemitério de Belinho a bênção ainda não foi feita, as pluviais junto à igreja de Vila Chã, um investimento enorme de cerca de trezentos mil euros, também não vamos fazer inauguração dessas coisas, mas a verdade é que é um investimento muito avultado e totalmente financiado pela Câmara. A ponte do Chouso em Forjães, Senhor Presidente também ainda não fomos lá descerrar a placa, mas a verdade é que foi uma obra fundamental para ligar Antas a Forjães, aliás Antas está a ficar com muitas pontes agora vai ter uma também para Castelo do Neiva, está a ficar com umas ligações muito interessantes. Gemeses, temos um Polidesportivo para inaugurar já foi adiada inclusive a sua inauguração, o Polidesportivo e não só, todo o arranjo envolvente com o espaço do parque infantil, etc. A Fonte Santa Marinha em Rio Tinto também está pronta, ainda não foi inaugurada, saneamento das Pedreiras também está pronto, ainda não foi inaugurado, temos neste momento a Av. de S. Martinho em Gandra, uma obra de quase um milhão de euros, também está pronta e ainda não foi inaugurada, ou praticamente pronta, a Av. da Igreja em Apúlia, também é outra obra importantíssima, quase quatrocentos mil euros. Portanto, como vê vai ser complicado eu não aparecer no jornal a fazer as inaugurações, porque eu vou fazê-las, porque eu também trabalhei muito para que elas fossem feitas e o meu grupo de trabalho, portanto é melhor irem-se habituando a isso. No dia em que eu não trabalhar eu não faço inaugurações, pode ter a certeza. Sem falar nas várias que estão em curso, porque se quiser falar disso olhe, temos o saneamento do Monte em Marinhãs, temos o saneamento da Sr.ª da Saúde em Marinhãs também, temos várias ecovias que eu nem quero que pensem que não tem nada a ver com a Câmara Municipal, e olhe a da Apúlia está a um ritmo de obra bastante interessante neste momento, é pena que não tivesse sido há mais tempo, mas não foi possível ser mais cedo, uma obra de um milhão, cento e tal mil euros e está também em andamento.

Temos a ecovia, o troço entre Cepães e Rio de Moinhos, o da Foz do Neiva, a ponte para Castelo do Neiva, são seis empreitadas de ecovias, mais a tal ecovia do Cávado, portanto não sei onde é que consegue ver cinco. Eu vejo para aí umas quinze, portanto a forma como disse isso, cinco e tudo tão mal gerido não é verdade, porque o Senhor só ouve falar daquelas que estão menos bem geridas certo? E das que estão terminadas que só estão à espera de ser inauguradas e que não têm que aparecer aí, que são obras em curso.

Mau era se eu fosse um Presidente de Câmara que apenas olhasse para a dinâmica da Câmara pelas obras que são efetuadas, mau era. Há muitas outras coisas para além das obras físicas, quem consegue ver só a componente de obra, tem uma forma muito redutora de ver o desenvolvimento do concelho, porque nós temos em termos culturais, em termos desportivos, são coisas avassaladoras, o que está a acontecer este fim-de-semana no concelho de Esposende com o Esposende Cup, é qualquer coisa de extraordinário e foi aqui apresentado, na área cultural, um conjunto de eventos e isso por muito que se tente de alguma forma anular e dizer que não se está a fazer, a realidade comprova exatamente o contrário, e por isso é que as informações escritas são muito chatas e em pouco tempo temos aí cerca de oitenta, é claro que se nós temos as notas de imprensa, e o trabalho está feito, para que é que nós queremos a informação, de qualquer modo nós temos aí os processos judiciais, a informação financeira, as empreitadas, não me parece que seja apenas um documento enfim como disse, que seja igual aquilo que é apresentado na casa das pessoas, ou uma reportagem que foi o termo que o senhor utilizou.

De resto em termos estratégicos, era o que faltava que na informação escrita do presidente

tivesse que ir informação estratégica, nós fazemos planos de atividades, em cada momento transmitimos aquilo que queremos, planos de atividades e orçamentos e aí é que se vê, aquilo que se pretende fazer para o percurso que aí vem.

E na apresentação das contas fazemos exatamente o contrário, que é a observação daquilo que foi feito, portanto era o que faltava, na informação escrita é para dizer aquilo que vai acontecendo, para informar os senhores deputados do que vai acontecendo, da atividade da Câmara Municipal.

De resto quanto às bandeiras azuis e qualidade de ouro, pediu para eu explicar, não vou explicar sabe porquê? Porque a Câmara não tem nada a ver com isso, a responsabilidade pela segurança das áreas concessionadas é da exclusiva responsabilidade dos concessionários, a Câmara não tem nada a ver. Posso-lhe adiantar uma coisa, naquelas zonas que não são concessionadas onde a Câmara assumiu uma responsabilidade que não era sua, há nadadores salvadores!

Desses nós tratamos, dos outros é da responsabilidade dos concessionários, portanto não lhe vou explicar isso porque não tenho nada para lhe dizer.

Quanto à venda de um pavilhão por parte da Esposende Ambiente, gostava que me dissesse de que pavilhão se trata, porque a Esposende Ambiente não vendeu absolutamente nada. Qual foi o terreno, ou prédio que foi vendido pela Esposende Ambiente a um filho do Dr. Reis? Gostava muito que me dissesse, porque isso não é verdade, mas eu vou dizer-lhe desde já, não foi nenhum. Não vendeu prédio absolutamente nenhum! Isso é mentira o que o senhor está a dizer. A Esposende Ambiente não fez negócio nenhum com o Dr. Reis. O senhor se vem para aqui dizer isso, devia saber dizer que foi o prédio tal, no sítio tal, tem que dizer isso. Se não é verdade como é que quer que eu lhe diga? O senhor fez um conjunto de acusações completamente infundadas, tem que dizer qual é o terreno.-----

Terminados os esclarecimentos prestados por parte do Senhor Presidente da Câmara às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, pelo Presidente da Mesa foi encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, informando o público presente de que se poderia inscrever para intervenção do público, no final do Período da Ordem do Dia, conforme prevê o Regimento.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com o ofício nº 17/SAOA/2018, de 21 de junho, do Presidente da Câmara Municipal, foi presente na sessão, para conhecimento, os Apoios concedidos às Juntas de Freguesia durante o último semestre, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.02 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS, PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O PONTO 2.3 DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

De harmonia com o ofício nº 18/SAOA/2018, de 21 de junho, do Presidente da Câmara Municipal, foi presente na sessão, para conhecimento, os pedidos de isenção de taxas e de ratificação de pedidos de isenção de taxas, concedidos pela câmara municipal, nos termos do ponto 2.3 das medidas provisórias aprovadas na sessão de 30 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.03 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2017, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 76º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de junho de 2018, foi presente na sessão para deliberação, o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende, relativo ao Ano de 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à discussão, verificou-se a intervenção do membro do Grupo Político do PS que solicitou os seguintes esclarecimentos: *“Antes de iniciar a questão das Contas, gostava de fazer aqui dois reparos relativamente aquilo que foi dito, eu a mim não me interessa os setenta locais onde a PJ foi fazer buscas, a mim interessa-me a Câmara de Esposende, mais nada. Aquilo que eu fiz foram perguntas concretas e coloquei questões relacionadas com a Geofuture, o Senhor Presidente apesar de ter falado muito e de responder muito, não me respondeu a essa, que contrato era esse, a que é que dizia respeito, qual é o valor do contrato, se foi feito por ajuste direto e porquê. E já agora quem eram os outros concorrentes, as outras propostas, porque uma vez que foi feito ajuste direto deve ter, outras propostas.*

Depois quando eu disse que havia cinco empreitadas em curso, eu referi-me apenas aquilo que foi a listagem que o Senhor Presidente me deu, juntamente com a sua informação escrita, que refere sete empreitadas em curso das quais duas delas, que é reperfilamento de infraestruturas da Rua Serpa Pinto, entre a Rua das Pedreiras e a Rua Forno da Cal em Fão e a requalificação da zona central de Marinhas estão concluídas, as outras que são a ecovia do Cávado e Homem troço Esposende 50% feito, cujo prazo já passou, era cento e cinquenta dias e a data de consignação era dois de novembro de 2016, portanto já passou há anos, depois o saneamento da União de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra que tem 11% feito que se calhar também já passou o prazo ainda não fiz as contas. Depois, ecovia do litoral norte Fão-Ápúlia que tem 23% feito, ainda está dentro do prazo, a substituição das coberturas das escolas EB do concelho que era de trinta dias e que já passou o prazo e tem um terço feito e o

saneamento básico da União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra que tem 2% feito, e está dentro do prazo. Portanto, quem me deu a informação foi o Senhor Presidente da Câmara, não venha aqui dizer que eu disse que eram cinco, se há erro é de informação sua, eu não mintos e já agora gostava que me respondesse aquilo que não respondeu relacionado com a Geofuture porque isso foi a pergunta concreta que lhe fiz e não tive resposta. Dizer que, o Senhor investigado não é gerente da Geofuture não interessa, interessa é se à data que foi feito contrato com a Geofuture ele era ou não gerente, e se a Câmara fez ou não contrato com eles. Quanto à questão das contas eu não vou estar aqui a deter-me muito nas contas, mas há uma coisa que lhe queria dizer, é que tal como eu já lhe tinha dito, as contas da Esposende Ambiente são umas contas de engenharia financeira, e a Esposende Ambiente teve nos mandatos anteriores, teve má gestão, foi mal gerida, e tem más contas e não fosse a Câmara andar permanentemente a meter dinheiro na Esposende Ambiente e a Esposende Ambiente já há muito que tinha estourado do ponto de vista financeiro, e isso não sou eu que digo, o Senhor Presidente escusa de se rir, tem um relatório do seu ROC, certificado, que fala exatamente nisso e até diz aqui que são setecentos e tal mil euros e vou citar o que diz o Anjos & Associados que é o Revisor Oficial de Contas das empresas municipais e da Câmara Municipal: "Dado os efeitos da consolidação sob auditoria, entendemos reproduzir a reserva referida na Certificação Legal das Contas do exercício de 2017 da "EAMB - Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda.", entidade integrante do perímetro de consolidação, como segue: "Em 2014 e em 2016 foi revogado o regime da periodização económica do reconhecimento do réditto das rendas associadas aos contratos de concessão estabelecido com a Aguas do Noroeste, S.A., relativos às infraestruturas associadas ao sistema de abastecimento de água e ao sistema de saneamento do Município de Esposende, pelo que os resultados transitados de períodos anteriores estão sobreavaliados em 789.060,79 euros, o resultado do período (capital próprio) está subavaliado em 87.808,87 euros e, conseqüentemente, os capitais próprios da Entidade estão sobreavaliados em 701.251,92 euros". E portanto não sou eu que digo, é o vosso ROC."-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, tendo referido que a mesma foi Presidente do Conselho de Administração durante alguns anos da empresa, para que a mesma prestasse os devidos esclarecimentos, tendo a mesma dito o seguinte:

"Boa noite,

Há duas situações distintas e esta em concreto que tem a ver com este valor das Águas do Norte tem a ver com o seguinte, quando foi feito o contrato de concessão das infraestruturas e utilização das infraestruturas, o valor da renda não foi distribuído ao longo dos vários anos, como poderia ter sido feito, mas foi pago todo de uma vez, isso quer dizer que agora ao longo destes anos até chegar ao fim do período da concessão, ou do contrato que a Esposende Ambiente tem celebrado com as Águas do Norte, efetivamente este valor reflete-se porque foi pago todo à cabeça. Portanto, não há aqui nenhuma sobre conta, o que há é um valor que não foi, mas isso é entendido, porque os senhores entendem que o valor devia ser repercutido ao longo de todos os anos, mas como a renda foi paga à cabeça, é um entendimento contabilístico e é perfeitamente legítimo. Portanto, não há dívida nenhuma, não há falha nenhuma em termos de contas, há sim é uma estratégia de ter considerado o valor na altura em que ele entrou e não no exercício ao longo destes anos todos, é só isso. E depois relativamente às questões dos

contratos-programa, como também é sabido, nomeadamente pessoas que já estiveram na administração, a Câmara Municipal entregou alguns serviços à Esposende Ambiente por via do contrato de gestão que estão a ser executados pela empresa, é evidente que esses serviços têm que ser ressarcidos, e são ressarcidos por via dos contratos-programa. Esses contratos-programa, o Tribunal de Contas uma das questões que usualmente coloca é se essas tarefas fossem executadas por um privado, se ficaria mais barato ao erário público, e não fica porque nós pedimos anualmente os orçamentos para confirmar que os trabalhos feitos pela empresa ficam mais económicos para o município. Portanto, é o valor que é pago todos os anos, há muita celeuma no âmbito desse valor, no âmbito do contrato-programa porque é dito que injeta dinheiro na Esposende Ambiente não, faz é o pagamento de serviços que a Esposende Ambiente presta ao município, que são competência própria do município.”

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, tendo o mesmo dito o seguinte:

“Quanto à questão da Geofuture que tanto quer saber e tanta celeuma está a levantar, o melhor é mesmo o Senhor verificar o contrato, ver quem é quem, não há melhor forma de ter acesso a isso e de perceber o que é que foi feito. Não tenho mais nada para lhe dizer em relação a isso, aliás acho lamentável esse tipo de atitude, sempre a tentar turvar e criar uma imagem diferente das pessoas. O Senhor fez a colagem e eu isso, há questões que têm um comportamento político que eu aceito, quando se tenta entrar em questões da dignidade das pessoas, acho isso um bocado errado. Eu disse-lhe que as empresas que a polícia judiciária veio verificar na Câmara Municipal, se tinham trabalhado connosco ou não deu em zero, e o Senhor vai buscar outras questões como se isso tivesse alguma coisa a ver, ou qualquer negócio com essas pessoas que pudesse eventualmente ter acontecido fosse uma coisa, para lançar uma mancha sobre a honorabilidade das pessoas e isso está errado, essa forma de ver as coisas está errada. O que o Senhor devia fazer era verificar o contrato e ver o que é que foi pago, o que não foi pago e em função disso agir, e se entender que há matéria para alguma coisa, faz a correspondente queixa ao Ministério Público.

Nós movimentamos trinta milhões de euros num ano, temos que saber tudo? Quem é, quem não é, só porque uma pessoa é investigada, temos que saber se foi há dez anos, há um ano, ou dois, ou três? Tem alguma coisa a ver connosco? O facto de estar num partido diferente, não lhe dá o direito, nem a si, nem a ninguém, de criar uma má imagem sobre a Câmara Municipal, porque a chegada ao poder não vale tudo, tem que haver ética na política.

Não me parece que seja essa a forma de estar, levantar questões concretas e lançar a dúvida sobre qualquer negócio que tenha surgido na Câmara, porque possa eventualmente ter tocado numa ou outra pessoa isso é completamente absurdo, se eu for fazer essa pesquisa em relação ao passado, certamente que já houve pessoas que negociaram com a Câmara Municipal em tempos, que poderão ter algum problema com a justiça e depois? Faz dos autarcas todos que cá estiveram corruptos? Ou de quem votou as coisas na Câmara ou na Assembleia? Acho que tem de haver algum cuidado, eu sei que há muita vontade em função do resultado estrondoso que tivemos em termos políticos, já perceberam todos que a forma de nos atacar é por aí, por esse lado, mas não vão onde querem porque não há chão para pisar nessa matéria.

Deixe-me só dizer-lhe uma coisa, é curioso olhar para as empreitadas que estão em curso e não perceber por exemplo, a Escola Henrique Medina, um grande esforço da Câmara Municipal de mais de dois milhões de euros, vai ter início agora, vamos ter uma reunião na próxima quinta-feira, para iniciar uma obra fundamental para as crianças do nosso concelho,

o Museu do Sargaço em Apúlia, a Rua das Oliveiras em Palmeira, a rotunda do Mini-Preço pela qual tanto lutamos, já foi adjudicada, a obra de S. Lourenço que está neste momento em curso, que é uma obra de duzentos e tal mil euros, também foi iniciada agora, as escolas, neste momento está a ser substituída em Belinho, falta-nos apenas a escola do Ramalhão e, o concurso da escola do Facho que ficou deserta, não foi por culpa nossa mas não apareceu nenhuma empresa para isso, e outras obras que são entregues às juntas de freguesia, como é o caso por exemplo em Rio Tinto da construção da Capela Mortuária, que não correm por nossa conta, embora sendo nós a pagarmos, mas correm por conta da Junta de Freguesia, não faltam obras no concelho de Esposende, não são quatro, ou cinco, são mais de uma dezena, se calhar duas dezenas de obras que estão neste momento em curso no concelho de Esposende e não é por essa atitude redutora, admitindo que possa haver aqui uma falha qualquer dos serviços e atenção a isto, mas o Senhor sabe muito bem que são muito mais do que cinco obras no concelho que estão em curso neste momento.-----

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2017.-----

Votaram a favor 11 membros do Grupo Político do PSD, 4 membros do Grupo Político do JPNT e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, num total de 24. Abstiveram-se 3 membros do Grupo Político do PS, 1 membro do Grupo Político do CDS-PP e 1 membro do Grupo Político do PCP, num total de 5.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedida, a Dr.^a Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

02.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A AQUISIÇÃO DE DOIS (2) PRÉDIOS EM APÚLIA – U.F. DE APÚLIA E FÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de junho de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal para a aquisição de dois (2) prédios na freguesia de Apúlia – U.F. de Apúlia e Fão, nos termos da alínea i) do nº 1 do Artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM AUTORIZAR A AQUISIÇÃO DOS PRÉDIOS DESCRITOS NA PROPOSTA.-----

MAIS DELIBEROU APROVAR A RETIFICAÇÃO À MINUTA DA ESCRITURA DE

COMPRA E VENDA, NOS TERMOS APRESENTADOS, BEM COMO DEU AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS FUTUROS PARA O ANO DE 2019, NO MONTANTE DE 150.000,00€.....
O ENCARGO RESULTANTE DESTA AQUISIÇÃO ENCONTRA-SE PREVISTO NA ORGÂNICA 02 – CÂMARA MUNICIPAL, COM A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA 02 07010307 – OUTROS – EDIFÍCIOS DO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O CORRENTE ANO, E NA RÚBRICA 2018 I 10 – PATRIMÓNIO AUTÁRQUICO, AQUISIÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, TENDO AÍ FICADO CATIVO ATRAVÉS DO COMPROMISSO NÚMERO 31/2018, O VALOR NECESSÁRIO PARA A ASSUNÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA PARA O ANO EM CURSO.....

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“A compra destes prédios em Apúlia foi anunciada publicamente muito antes das eleições e só agora é que a proposta é levada à Assembleia Municipal.*

Na nossa perspectiva este modo de proceder demonstra uma falta de respeito por este órgão. Queríamos deixar claro que nos parece que houve uma falta de respeito pela Assembleia Municipal, a qual reprovamos. Apenas isso.”.....

Em resposta à Sr.^a Deputada, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu, tendo referido que a proposta já tinha ido à Assembleia anteriormente, e já havia sido votada, tratava-se apenas de uma questão de mera correção e antecipação de algumas questões que pudessem surgir por parte do Tribunal de Contas, era apenas uma questão para ganhar tempo.

02.05 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DA LEI Nº 49/2012, DE 29 DE AGOSTO......

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de junho de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal para designação do júri dos recrutamentos para provimento de cargos dirigentes, nos termos do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.....

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à discussão, verificou-se a intervenção do membro do Grupo Político do PS que solicitou os seguintes esclarecimentos: *“Eu gostava de saber se o concurso que está em curso para o cargo de Diretor é para o Dr. Rui Moutinho, pois ele, nos restantes concursos, aparece como membro do Júri. Isto é, o Dr. Rui Moutinho vai a concurso ou já é Diretor? Por outro lado, gostava que me explicasse como selecionaram as pessoas que integram o Júri, porquê estas e não outras?”*.....

De seguida retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, tendo dito o seguinte:

“O Dr. Rui Moutinho já é diretor, foi nomeado diretor, assim como o Eng.º Vitor é chefe de divisão, assim como a Dr.ª Elsa Ramires é chefe de divisão, embora de forma provisória, estão a exercer o cargo e podem ser júris noutra local porque estão a exercer esse cargo, não é ilegal, de resto, tem a ver com os municípios que nos pedem também chefes de divisão, para participar nestes júris, no caso concreto o Dr. Rui Moutinho também é de outros municípios, trata-se apenas disso de uma permuta, de uma troca de técnicos qualificados, até porque isto tem regras, também não podiam ser da própria Câmara entenda-se, para o caso de diretor, nem tínhamos ninguém.”-----

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PARA DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Votaram a favor 12 membros do Grupo Político do PPD/PSD, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, 1 membro do Grupo Político do PCP, 4 membros do Grupo Político JPNT e 1 membro do Grupo Político do CDS-PP, num total de 27. Abstiveram-se 3 membros do Grupo Político do PS.-----

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr. José Ferreira, que em síntese disse:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Deputados,
Senhores Vereadores e os demais presentes,*

Venho aqui fazer um esclarecimento, sou proprietário de uma esplanada em Ofir, o meu nome, o nome da minha família e do meu estabelecimento foi aqui colocado diversas vezes em causa, há atas disso e eu tive acesso a essas atas. Eu venho aqui dar a minha versão. Em 2014 pedi uma audiência com o Senhor Presidente Benjamim Pereira, o qual não me recebeu, fui recebido pelo Dr. Maranhão Peixoto, onde lhe apresentei o meu projeto e uma fotografia de uma esplanada no Algarve, o qual viu com agrado e disse para submeter o projeto na Câmara, fi-lo o que me deu uma autorização para poder começar as obras.

Submeti o projeto na Câmara, comecei as obras, no dia em que comecei as obras fui visitado pela GNR, por uma equipa da Esposende Ambiente, viram as obras e foram embora. Aquilo se fosse ilegal, penso eu, a Câmara nesse mesmo dia tinha embargado as obras, não o fez.

Fiz as obras na totalidade, inclusive paguei licenças de 2014 e 2015, paguei as taxas, em 2016 houve isenção e em 2017 tive problemas. Tive uma ordem de demolição no início do ano de 2017, no qual reuni com o Sr. Presidente, com o Sr. Dr. Maranhão Peixoto e com o Sr. Arq.

Aurélio, em que me disseram que tinha que tirar algumas coisas, o que eu aceitei e fiquei à espera que me dessem um documento a dizer aquilo que eu tinha que tirar.

Como passou uma semana e eu nunca obtive esse documento, fui eu por minha iniciativa que entrei em contacto com a Câmara, e foi a Senhora secretária, do Sr. Dr. Maranhão Peixoto na altura, que me encaminhou para o Senhor Arq. Aurélio, que me apresentou uma coisa totalmente diferente daquilo que tínhamos acordado. Não aceitei, e nesse mesmo dia pedi uma reunião urgente com o Sr. Presidente da Câmara que ainda hoje estou à espera dessa reunião, nunca a tive. Restou-me recorrer à justiça, meti uma providência cautelar que me foi aceite e arrastou-se pelo período de verão. E como as providências cautelares seguem o seu caminho e havemos de ir para a justiça mais à frente, a ver quem tem razão e quem não tem, ficaram suspensas e a Câmara Municipal de Esposende comunicou essa situação e mandou-me remover a esplanada, que foi removida no dia 19 de março. No dia 21 fiz novo pedido para ter a esplanada, nunca quiseram conversar, aliás tive uma reunião com a Sr. Vice-Presidente na altura, a recorrer novamente aquilo que tínhamos acordado, eu, o Sr. Presidente e o Sr. Dr. Maranhão Peixoto, mas a resposta uma vez mais foi negativa. Eu sinto-me discriminado, perseguido pela Câmara, porque há várias no concelho de Esposende e nada acontece. Incluindo pessoas que vieram para aqui falar mal do meu nome, da minha família, do meu estabelecimento e pelos vistos os Senhores todos aceitaram e concordaram, estão ilegais, nada acontece, tapam a visibilidade para a praia e nada acontece, está tudo bem, só eu é que tive a ordem de remoção da esplanada. Acontece que fiz novo pedido, foi aceite e quando comecei a montar, tive novamente outra remoção. Não ia pôr teto, só ia pôr tapa ventos laterais como estava no pedido e sou confrontado que os perfis são muito largos, há vários no concelho de Esposende com os perfis largos, mas a justiça só funciona para mim. O que o Sr. Presidente falou aqui, em justiça, bom senso, mas eu não vejo nada disso comigo, só vejo é para os outros, porque infelizmente, eu sou empreendedor, tudo o que lá está foi pago com o meu dinheiro, eu não tenho subsídios nem fui ajudado pelas empresas e no entanto, sou criticado, sou usado e sou mal falado, e isso não é justo da parte da Câmara Municipal porque sou perseguido. Fiz um pedido no dia 21 de maio para levantar o meu material que entretanto foi recolhido pela Câmara Municipal de Esposende e ainda hoje estou à espera da resposta. Aquilo é meu, perdi um negócio, porque podia ter vendido aquilo usado, em segunda mão para Lisboa, e não vendi porque a Câmara não foi célere, ainda hoje estou à espera.

Fui notificado hoje, para que saibam, tenho uma conta para pagar da remoção do dia 19 de março, de três mil e poucos euros, não diz lá o que é que vou pagar, não está discriminado e lá também não está discriminado aquilo que me estragaram quando desmontaram. Isto não é uma questão de pagar, ou deixar de pagar, eu quero saber o que é que vou pagar e não está discriminado. Agora, virem dizer que os perfis são largos, desculpe, há muitas no concelho de Esposende, mais antigas do que a minha e não tiveram ordem de remoção.

Simplesmente era essa a minha versão dos factos e gostava de um esclarecimento.”-----

O Presidente da Mesa esclareceu que, embora o assunto fosse discutido por diversas vezes na Assembleia Municipal, o nome do Senhor José Ferreira nunca tinha sido referido em nenhuma sessão. Falou-se sim no nome do estabelecimento comercial, mas nunca foi referido o nome do proprietário.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. Manuel Fernando

Carvoeiro, que em síntese disse:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Meus senhores,*

Esta Assembleia levou há pouco uma moção e bem, contra a possibilidade da instalação de uma linha de muito alta tensão ao longo da A28, na sequência desta deliberação da Assembleia, eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se está disposto, se tenciona convocar a população deste concelho, enquanto pessoa com responsabilidades na condução dos destinos desta terra, deste município, para uma grande ação de protesto preventiva, para evitar que se tomem, que esta instalação da linha de muito alta tensão, se venha a tornar um facto consumado, isto é, se esta Câmara, se o Sr. Presidente da Câmara está disposto a matar a serpente no ovo, porque, relativamente a aspetos profundamente lesivos e que aqui já foram abordados, concretamente as portagens na A28 e apesar de nós, do PCP ter insistido várias vezes nesse sentido, nunca essa ação forte, conduzida pela Câmara foi desencadeada. Pergunto-lhe se nesta matéria muito concreta e temos todos a noção, de que é profundamente lesiva para os interesses do município, se a Câmara Municipal está disponível para preventivamente, manifestar ao poder central que tem capacidade de decisão sobre isto, e competência de decisão, se está disponível para sinalizar dizendo, os Esposendenses, o povo de Esposende, não quer porque é prejudicial esta linha de alta tensão no concelho.

Sr. Presidente, uma segunda questão há vários anos estão instaladas em frente às torres de Ofir, dois pré-fabricados adquiridos e colocados pela Câmara Municipal de Esposende, que pelos vistos se destinam ao apoio às atividades do surf. Ora, tais infraestruturas são claramente utilizadas por empresas privadas, para a realização de atividades de negócio privado, são empresas que vendem aulas, vendem lições de surf e vendem estas aulas, estas lições de surf, a preço do ouro, portanto inacessíveis, o acesso a estas aulas, à generalidade das nossas crianças, dos nossos jovens, de quem quer praticar surf e não tem condições económicas para o efeito. O problema Sr. Presidente é que são empresas privadas, com objetivos lucrativos, de obtenção de lucro, que utilizam para o efeito, para a obtenção de lucro, infraestruturas da Câmara, compradas pela Câmara, colocadas pela Câmara em espaço público. À semelhança do que aconteceu com a escola Sementes da Liberdade, e o negócio corre lindamente perante os olhos de todos nós, eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, que sabe que isto assim acontece, se concorda com esta situação. Uma pergunta muito clara, concorda com o que se está a passar há vários anos naquela zona em concreto?

E para terminar Sr. Presidente, o atual governo PS numa ligação muito estreita com o PSD, está a cozinhar nos segredos dos Deuses, a transferência de competências para as Autarquias, para os Municípios e para as Freguesias, em áreas como educação, saúde, proteção civil, desenvolvimento económico, licenciamento industrial, uma série de competências que são competências do poder central, muitas delas serviços públicos fundamentais, é a chamada impropriamente descentralização. No último mandato nesta casa, neste município, houve uma posição muito firme, discutida, participada e de consenso, no sentido de rejeitar e rejeitar de forma frontal, o que vinha sendo tratado em torno desta matéria. Ora isto não parou e continua, só que agora envolta em grande secretismo, onde está envolvido o governo PS e o

PSD. O que se pergunta Sr. Presidente, e a pergunta é ao Sr. Presidente da Câmara é se à semelhança do passado recente, o Sr. Presidente da Câmara enquanto responsável pelos destinos do concelho, se está disponível na linha do que foi o caminho traçado há muito pouco tempo de rejeição de um pacote desta natureza, se está disponível Sr. Presidente para dar um sinal de rejeição do que vem por aí, transferindo para este município e tantos outros, competências sem o adequado pacote, ou envelope melhor dizendo, financeiro se há essa vontade e essa determinação que nós conseguimos consensualizar, ou se agora porque o PSD está metido nisto, esta Câmara vai claudicar e vai flanquear o sentido de termos aí uma coisa a que se chama impropriamente descentralização. Obrigado Sr. Presidente.”-----

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo respondido, nos seguintes termos:

“Quanto à questão colocada pelo Sr. José Ferreira a esplanada de Ofir, isto foi um assunto recorrente aqui na Assembleia Municipal, porque não havia Assembleia Municipal em que não estivessem aqui representantes dos estabelecimentos que estão próximos do vosso, e a verdade é que fui muitas vezes questionado porque é que não havia a remoção da esplanada, não compreendia o regulamento em vigor, porque é que não era feito. Fui muitas vezes acusado aqui e na própria Câmara Municipal por não o fazer, quando assim é, temos que ser objetivos e a verdade é que a esplanada tal qual estava construída não cumpria o regulamento em vigor, e a pressão que existia para a remoção era enorme em função daquilo que eu acabei de dizer. O que foi aconselhado, eu não vou colocar agora aqui em questão o que é que foi dito ou não foi dito na altura pelo Sr. Vice-Presidente, a questão é que em tempo algum aquela infraestrutura cumpriu o regulamento em vigor. É verdade que existia e existe, aliás está para breve o lançamento do regulamento de ocupação do espaço público em que vamos introduzir a possibilidade de eventualmente haver coberturas, estruturas cobertas. O que acontece é que, nesses espaços mais amplos, como é o caso de uma praça como aquela, eu percebo a questão da dimensão dos perfis e se é madeira, se não é madeira, mas o município tem outras responsabilidades para além disso, e lamento a circunstância por que vocês passaram, mas a verdade é mesmo esta. Nós temos a obrigação também da questão estética, de dar uma imagem do nosso município diferente, e eu deixo aqui uma palavra muito concreta em relação aquilo que é a vossa vontade de serem empreendedores, e não queria que isso acabasse. Agora, uma coisa é certa, há regras que têm que ser cumpridas, a esplanada não cumpria o regulamento, se não fosse assim nós não podíamos tê-la removido, também é verdade que constantemente acrescentavam coisas na esplanada que não estavam de acordo, ou seja basicamente e as pessoas sabem, estavam quase, perdoe-me a expressão, a construir um novo estabelecimento, fora do vosso estabelecimento, aquilo já tinha um conjunto de infraestruturas que não podia ter, tinha energia elétrica, etc e não podia ter, porque não era permitido que assim fosse, nem podem por vossa iniciativa escavar aquilo que é o espaço público e fixar coisas ao solo, porque não era permitido pelo regulamento em vigor, há muita coisa que vai mudar em termos de regulamentação, mas não era possível. Bom, para além disso houve um acrescentar constante de coisas, eu recorde-me porque cheguei a ver fotografias disso, não fui lá ver porque não tenho vida para andar a inspecionar essas coisas, temos gente para isso, fora do próprio estabelecimento que já estava criado ainda acrescentaram mais uma esplanada no exterior, a verdade é que resultou no que resultou, nós não tínhamos outra

alternativa que não fosse a remoção. É preciso dizer que o tempo em que estiveram legais, resultou não de uma autorização da Câmara Municipal, mas de um procedimento através do balcão empreendedor, foi isso que aconteceu, que é um procedimento automático que se faz, em que é dito que é cumprido o regulamento, mas não era cumprido o regulamento, nós sabemos que não era. Era sujeito a apreciação e tacitamente era aprovado e foi assim que ficaram "legais", nunca estiveram legais de acordo com a lei, mas tinham um documento que os legitimava, mas a verdade é que se fosse a verificar os itens de preenchimento desse mesmo documento, sabem que aquilo não cumpria, ultrapassava a questão legal.

Não há nenhuma atitude persecutória como disse não pense assim porque não é verdade, o que acontece é que outras pessoas exatamente ao lado do vosso estabelecimento sentiam-se prejudicadas e nós não podíamos permitir que eles fizessem o mesmo, nem podíamos permitir que vocês fizessem exatamente essa situação. Foi aqui muitas vezes falado isso, pessoas muito exaltadas aqui dentro, que se sentiam muito prejudicadas, nós fizemos aquilo que a lei nos permitia fazer e que tinha que ser feito. Aquilo que eu lhes posso dizer é que o novo regulamento terá em atenção circunstâncias dessas. Para terminar e pela questão estética que é importante, obedece a um estudo conjunto para aqueles três espaços, tem que ser assim, não vai um ter uma esplanada em madeira, outra em ferro de uma cor, outra em ferro de outra cor, não é essa a imagem que nós pretendemos para o concelho de Esposende. A única culpa que eu assumo, é eventualmente, nós já definimos uma área de 80 m² e eu recordo, já agora dessa reunião, eu quero justificar o facto de não poder estar sempre a receber, a questão é esta, eu recebi-o uma vez no intuito de o ajudar, deve-se recordar bem da forma como saiu do meu gabinete, inclusive o estudo que estava feito para implantação da esplanada não era coincidente com aquele que o senhor lá tinha e eu disse, vão lá olhem para a esplanada que está lá colocada, vejam a delimitação da área, e o estudo vai ser feito em função da sua para não ter que a remover sequer, o que teria que fazer a seguir era, em função daquilo que era o regulamento em vigor, se retirasse a cobertura, o estrado era permitido, e no fundo uma estrutura em volta era permitida, não era obrigado a retirar tudo, era mesmo o facto de estar fechada, eu compreendo que vocês não tenham espaço no vosso estabelecimento para tirar aquelas coisas todas e meter todos os dias, eu compreendo isso tudo, mas a lei não permitia que assim fosse e foi isso que aconteceu, quando saíram dali, o Arq. Aurélio, inicialmente pensávamos que fosse uma coisa mais simples, depois ele ter-lhe-á transmitido a necessidade de remover quase toda a estrutura em volta, ou toda e o Senhor não concordou com isso. Entretanto avançou para a providência cautelar, mas quando saiu do meu gabinete o que ficou acordado era o Senhor remover para ficar de acordo com a lei e a seguir apareceu uma providência cautelar e em função do atraso dos Tribunais, resultou até setembro, ou outubro e andamos nisto, foi uma guerra jurídica digamos, não tem nada a ver convosco pessoalmente, tem a ver com o cumprimento da lei. O que é que acontece agora, o Senhor pediu novamente uma esplanada, de acordo com a lei pode tê-la, se começa outra vez a ultrapassar a questão legal, começamos outra vez a chocar com estas questões e vamos voltar ao mesmo ponto. Eu compreendo que é uma situação de conflito, de vizinhança, cria problemas mas aquilo que eu queria que compreendessem era isto, vocês são bem-vindos no concelho de Esposende, há regras para serem cumpridas, vai ser alterado o regulamento, nós damos todo o apoio, o Dr. Sérgio é uma pessoa que está empenhada também em tratar desses assuntos, para que os empresários tenham um melhor acolhimento no nosso concelho, mas há regras, basta seguir as nossas orientações, podem criar uma estrutura, dentro de algum tempo se for célere esta questão da discussão pública deste documento, poderão eventualmente ter uma estrutura

coberta, não fechada que fique bem claro, mas coberta e vocês se têm vontade de investir, invistam, não é por aí nem levem isto como uma questão pessoal, porque não é. É uma instituição que está a lidar com um particular que está a fazer um pedido que não cumpre as regras legais e eu, se não tivesse atuado estava sujeito a um processo, aliás fui ameaçado aqui dentro desta sala, que me colocavam em tribunal se eu não cumprisse com isso, portanto ponha-se no meu lugar, se tivesse que decidir no meu lugar o que é que vocês fariam, ou cumpriam a lei, ou deixavam uma situação de abuso, sendo certo e disse-o há pouco que há outras no concelho de Esposende, eu também sei. O que acontece é o seguinte, a maior parte desses estabelecimentos têm também ordem de demolição, aqueles que são adaptáveis, vamos ver se isto se consegue resolver depressa, repare temos aqui logo na saída para a marginal, dois estabelecimentos e naquela condição vocês podem fazer, naquela condição. Atenção não podem vedar os espaços na totalidade, que é o grande problema, não podem fechar os espaços.

Relativamente às questões colocadas pelo Dr. Manuel Carvoeiro, isto foi um assunto que nós efetivamente levantamos, eu posso dizer que em impressões com a Senhora Deputada do Partido Comunista, Dra. Carla Cruz, por altura do dia do pescador, se não estou em erro, na visita a Esposende e falamos exatamente nesta questão. Eu falei-lhe disso e ela até foi ver à net na altura, como é que tinha decorrido a votação e trocamos impressões em relação a esta matéria. Eu obviamente como uma pessoa de Barcelos me avisou, acabei por depois transmitir aos serviços e desenvolveu-se esta ação que hoje culminou com a apresentação de uma Moção. Isto para dizer que já levantamos o problema, e é nossa intenção levá-lo até às últimas consequências no que isso implicar. Eu acho que agora o processo seguinte é remeter para as entidades competentes, para o Ministério do Ambiente, para o Ministério da Economia, dar conhecimento à Câmara de Barcelos, à Assembleia Municipal de Barcelos, enfim, fazermos estas démarches, mostrarmos no fundo, o nosso descontentamento e que não vamos concordar de todo com esta situação, e vamos também aguardar um pouco, não quer dizer que o Governo no fundo, dê seguimento aquilo que é a recomendação da Assembleia da República, podem eventualmente não dar seguimento a isso, ou até justificar que não vai alterar coisíssima nenhuma, porque não houve só uma proposta, houve duas ou três propostas, penso que foi do PSD, do CDS e já não sei exatamente de quem mais, é isso que é preciso compreender, mas nós estamos aqui para essa luta, eu não diria preventiva, preventiva é o que estamos a fazer aqui hoje, manifestar a essas entidades no fundo a nossa discordância, nem quero acreditar que uma vontade apenas partidária, e político-partidária, vai no fundo sobrepor-se aquilo que são todos os estudos técnicos já consolidados, isso seria completamente absurdo, isso é caso para queixas noutras instâncias até mesmo internacionais. Quanto à questão dos contentores do surf, isso surge num contexto do mandato anterior, num contexto de apoio, o surf é hoje uma indústria que começa a ser importante na captação de pessoas, basta ver o que está a acontecer com o kitsurf também, no fundo foi numa lógica de apoio a essas instituições, eu sei que há uma instituição pelo menos CICS que tem uma ligação direta com o Surf, comprometo-me consigo verificar o que se está a passar em concreto com esta situação, ver se de facto há um benefício assim tão grande em relação a isso, e de que forma é que eles podem contribuir para o município, criar uma situação justa, para a ocupação daquele espaço. Já agora deixe-me dizer uma coisa que vai até entroncar com a questão anterior, nós temos intenção de intervir naquele espaço, de melhorar aquele espaço, estamos na eminência de resolver ali alguns problemas, posso-lhe dizer que temos feito um

grande esforço para encontrar espaços para estacionamento agora durante o verão, em função da obra que está a ser feita ali na zona de Ofir e Apúlia, da ecovia, se conseguirmos encontrar esse espaço, a nossa ideia é deslocalizar esses mesmos contentores, tirá-los daquela praça e colocá-los afastados dessa zona. Ao fazer isso naturalmente sairão de um espaço público, e nós poderemos questionar o funcionamento dessas mesmas estruturas, dessas empresas, se é que são empresas e ver no fundo de que forma é que eles podem colaborar connosco, como temos feito com outros, criar um mecanismo justo para a ocupação dessas mesmas infraestruturas e desse espaço.

Quanto à questão da transferência de competências, eu vou acompanhando aquilo que em termos institucionais está a ser feito, nomeadamente através da Associação Nacional de Municípios e nós, no fundo temos que ter informação mais fidedigna, para quando formos contactados verdadeiramente para nos pronunciarmos sobre esta matéria, avaliarmos o que é que está em causa. A minha intuição é que, haverá com toda a certeza uma tentativa por parte do Estado, e neste caso do Governo atual, em função de um acordo que está estabelecido com o PSD, mas falta saber até que ponto é que, esse acordo vai validar todas as opções do Governo, vamos ver, há um acordo é preciso que a proposta se mantenha dentro do enquadramento do acordo, se sair fora disso de certeza que o PSD não apoiará, mas eu não quero colocar isto numa tónica partidária, é numa tónica da defesa dos interesses dos municípios. Eu tenho para mim que, aquilo que eu antecipo, da experiência que vamos tendo, é de que haverá uma tentativa de nos passarem as competências e muito pouco dinheiro, o tal envelope financeiro virá vazio, ou quase vazio. De qualquer modo, também é verdade que muitas das competências de que se vai falando, não terão forma de ser exercidas pelos municípios, até pela escala dos vários municípios, há competências que claramente podem ser exercidas por municípios de grande dimensão, outras pelos municípios de menor dimensão será extremamente difícil que venham a ser exercidas. Estou a pensar na educação, estou a pensar num âmbito mais alargado na saúde, etc, vejo isso com muita dificuldade, isso implicaria um aumento enorme de recursos humanos qualificados, para dar resposta a tudo isso e não vejo um ganho direto para as populações nessa transferência de competências. Há matérias que claramente podiam estar nas nossas mãos, podiam ser geridas por nós, o resto vejo isso com muita dificuldade, embora eu ache que vai ser isso que vão tentar fazer, que são as questões incómodas para a administração central, estou a pensar por exemplo na educação, tomara a administração central ver-se livre de gerir os professores e passá-los para os municípios, porque acabavam-se as greves em termos generalizados, ou pelo menos o Governo em funções não seria atacado por esses mesmos grupos organizados, sindicatos, etc, que tem um peso muito forte na sociedade, basta ver o que está a acontecer agora, portanto vai haver uma tentativa de empurrar para cima dos municípios, vamos ver como é que isto se pode gerir, era bom que cumprissem pelo menos a Lei das Finanças Locais, e nos dessem aquilo que nos prometeram e nos devem há muito tempo, os sucessivos Governos, não é este, o anterior também e por aí fora, mas diz-se agora que talvez venha aí mais algum dinheiro, mas também tenho dúvidas sobre isso. Continuamos a pagar para um FAM (Fundo de Apoio Municipal), uma verba completamente absurda, quase nenhum município recorreu ao FAM e continuamos a pagar e era quase um milhão de euros em sete anos, e acabamos por aceitar, já disse que eram cerca de cento e quarenta mil euros por ano, agora reduziram um bocado, mas continuamos a pagar por uma coisa que não está a ser usada, ninguém compreende porque é que se está a criar um fundo que não está a servir os municípios, até porque os municípios consolidaram as contas muito rapidamente e organizaram-se muito rapidamente. O que eu lhe

posso dizer é que estamos atentos ao que está a ser desenvolvido, estamos à espera de propostas concretas e eventualmente se não estivermos satisfeitos, estaremos ao lado, penso que aqui não haverá questões de partidos, eu não acredito que a Associação Nacional de Municípios, ou a Associação Nacional de Freguesias naquilo que tiverem que ser as competências transferidas venham a ter aqui orientações partidárias, todos os Autarcas vão defender os seus municípios e a gestão dos seus municípios, é o que eu lhe posso dizer, no fundo é que vamos estar atentos e tomaremos as posições mesmo aqui na Assembleia, que se impuserem.”-----

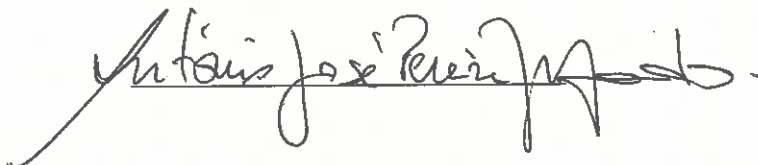
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 23 horas e 45 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

